



**PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021**  
**TIPO: REGISTRO DE PREÇOS**  
**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE**

### **PREÂMBULO**

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, inscrito no CNPJ sob o n. 21.466.841/0001-69, com endereço na Rua Café Filho, nº 76 – Bairro Imbaúbas, Ipatinga/MG, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Ailton Silveira Dias, Prefeito de Entre Folhas, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, no dia **14 de setembro de 2021, ÀS 14h00MINUTOS**, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais das leis nº 10.520/02, nº 8.666/93, Lei complementar nº 123/2006, Lei n. 11.107/2005, do Decreto Municipal nº 6.984, de 14 de fevereiro de 2011, da Prefeitura Municipal de Ipatinga e demais Legislação Ordinária aplicável a espécie.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:** dia **14 de setembro de 2021, às 14h00MINUTOS**.

**ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL:** dia **14 de setembro de 2021, às 14h15MINUTOS**. Não havendo expediente nas datas supracitadas, o credenciamento e a abertura da sessão ficarão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

**LOCAL:** Sala de Reuniões do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, à Rua Café Filho, nº 76 – Bairro Imbaúbas, CEP: 35.160-250 em Ipatinga/MG.

**CONSULTAS AO EDITAL:** Departamento de Licitações, no horário de 12:00 às 17:00 horas, pelos telefones (31) 38221817, 3868-2727 e e-mail: [cimva.mglicitacao@outlook.com](mailto:cimva.mglicitacao@outlook.com).

**ESCLARECIMENTOS:** As decisões do Presidente do CIMVA e da CPL serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no endereço <https://www.cimva.com.br>; [www.diariomunicipal.com.br/amm-mg](http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg). O e-mail para contato, pedidos de esclarecimento e outros referentes a este Pregão é [cimva.mglicitacao@outlook.com](mailto:cimva.mglicitacao@outlook.com), telefones (31) 38221817, 3868-2929 e 3868-2727.



PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021  
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

ÍNDICE

PREÂMBULO .....	01
I – DO OBJETO .....	03
II – DA JUSTIFICATIVA .....	03
III – DA ÁREA SOLICITANTE .....	10
IV – CONSULTA E ESCLARECIMENTOS .....	11
V – DA PARTICIPAÇÃO .....	12
VI – DO CREDENCIAMENTO .....	13
VII – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	14
VIII – DA PROPOSTA COMERCIAL .....	15
IX – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	16
X – DOS PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO .....	20
XI – CADASTRO RESERVA .....	23
XII – HABILITAÇÃO .....	23
XIII – RECURSOS E CONTRARRAZÕES .....	24
XIV – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	25
XV – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	25
XVI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	27
XVII – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO .....	27
XVIII – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO .....	29
XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	30



**PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021**  
**TIPO: REGISTRO DE PREÇOS**  
**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE**

### **EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA**

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, inscrito no CNPJ sob o n. 21.466.841/0001-69, com endereço na Rua Café Filho, nº 76 – Bairro Imbaúbas, Ipatinga/MG, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Ailton Silveira Dias, Prefeito de Entre Folhas-MG, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, **14 de setembro de 2021, às 14h00MINUTOS**, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais das leis nº 10.520/02, nº 8.666/93, Lei complementar nº 123/2006, Lei n. 11.107/2005, do Decreto Municipal nº 6.984, de 14 de fevereiro de 2011, da Prefeitura Municipal de Ipatinga e demais Legislação Ordinária aplicável a espécie. O Pregão será conduzido pelo Pregoeiro e por sua respectiva equipe de apoio designados pela Portaria nº 002 de 04 de janeiro de 2021.

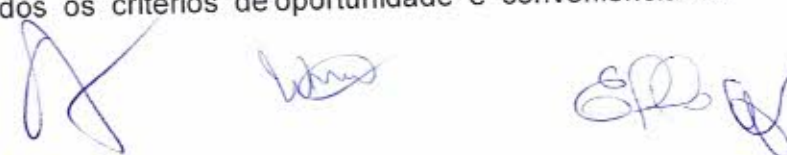
#### **I – DO OBJETO**

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço em atendimento às demandas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço e dos municípios coparticipantes, conforme especificações constantes do Anexo I, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos.

#### **II – JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO:**

2.1.1. A realização de processo de licitação para o registro de preços deste objeto se justifica face ao interesse público presente na necessidade da instalação de diversos ambientes itinerantes / temporários, pertinentes as áreas de educação, cultura, saúde, obras e demais departamentos Municipais e de órgãos interessados, a serem instalados em conformidade com a urgência e demanda dos Municípios.

2.1.2. A utilização do Sistema de Registro de Preços - SRP - deve-se pela pluralidade de bens e materiais a serem contratados, cuja necessidade de aquisição será avaliada conforme o caso concreto, observados os critérios de oportunidade e conveniência da Administração Pública.





2.1.3. É fato que os Consórcios contribuem, cada vez mais, para o aprimoramento das ações municipais relacionadas à gestão pública municipal, com otimização de recursos e ganho de escala e escopo.

2.1.4. O consorcio possui uma grande malha de municípios associados e, enquanto órgão público tem como objetivo primordial atenuar aos problemas sociais relacionados aos seus associados e se revela um instrumento de gestão pública, especialmente, permitindo a implementação, desenvolvimento e consolidação de ações e serviços regionalizados.

2.1.5. Nesse sentido, o consorcio é uma importante ferramenta de planejamento e execução, sua maior finalidade é a superação das dificuldades operacionais da sazonalidade das demandas que lhe são apresentadas pelos entes consorciados.

2.1.6. Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei Complementar nº101/2000, de 04 de maio de 2.000, estabeleceu-se procedimentos e regras bastante claros para a condução e gestão da disciplina fiscal para todos os níveis da administração pública direta, composta pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e ainda administração pública indireta. Penalidades administrativas previstas em legislação específica, para o caso de descumprimento de suas determinações, passaram a ser aplicadas sob várias formas, dentre elas: interrupção de transferências voluntárias pelo Governo Federal, impedimento de contratação de operações de crédito e de obtenção de garantias da União.

2.1.7. A Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, denominada Lei de Crimes Fiscais (LCF), por outro lado, previu sanções penais exclusivas e pessoais ao administrador público que não observar e cumprir as regras estabelecidas da LRF. Assim, a responsabilidade na gestão fiscal disciplinada por esta lei compreende desde a elaboração das leis orçamentárias até a publicação de todos os relatórios exigidos, passando pela observação dos limites para contratação de pessoal e endividamento.

2.1.8. De forma abrangente, constata-se que a execução corriqueira dos programas que visam o saneamento das finanças por meio da qualificação dos gastos públicos e da alavancagem das fontes correntes de recursos, resultam em um crescimento da receita líquida em níveis inferiores ao crescimento da demanda por investimentos no montante reclamados pela população.

2.1.9. Mesmo atingindo parcialmente os objetivos econômicos financeiros há que se considerar o efeito colateral dessas ações que acabam por tanger os agentes públicos na direção da formulação e implantação de mecanismos que aproximam os procedimentos internos da eficiência almejada para a gestão. Em paralelo o Estado deve explorar com maior



eficiência algumas fontes consideradas, muitas vezes, de segunda linha, contudo, representam firmes oportunidades de reforçar sua capacidade de investimento por meio do aporte de recursos novos ou redução do endividamento.

2.1.10. É notório que um dos grandes problemas em relação à gestão das contas públicas e dos Gestores Públicos é o desequilíbrio entre Receitas e Despesas Correntes, gerando assim uma insuficiência de arrecadação e um baixo fluxo de verbas, no que tange as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento, a sustentabilidade e ao equilíbrio fiscal.

2.1.11. A busca destes novos recursos é relegada ao segundo plano das atividades, devido ao seu elevado grau de complexidade e incerteza aliadas à necessidade expressiva mão de obra especializada, muitas vezes indisponível nos quadros funcionais dos Municípios.

Neste sentido, a vantagem para a Municipalidade advinda da cooperação técnica, ação de 2.1.12. Empresa Privada, com conhecimento técnico e especializado na área previdenciária, tributária, pública e fiscal conduz a frutos imateriais, conhecimento adquirido nos procedimentos e processos, e materiais com dispêndios financeiros a título de remuneração pelos serviços prestados na medida proporcional, acertada em contrato, aos valores auferidos como fruto da realização do objeto contratual e quando percebido no erário público a efetiva entrada ou a redução da saída de recursos financeiros, buscando assim, o enfrentamento à escassez de recursos que impede a realização de diversas políticas públicas essenciais ao desenvolvimento dos Municípios, focado na construção da relação equilibrada entre os elementos de receita e despesa que compõe a matriz fiscal, além de promover a eventual recuperação de créditos em que o ente tenha direito.

2.1.13. Assim, considerando as reais possibilidades de redução do passivo faz-se necessário uma ampla e irrestrita revisão e auditoria de todo o passivo tributário e previdenciário, com vistas a obtenção da redução dos valores imputados por ação fiscal em períodos pretéritos.

2.1.14. A execução de um trabalho amplo e organizado potencializa as possibilidades de resultados financeiros, e o mais vantajoso, sem sobrecarregar em diligências específicas, minimizando os custos e maximizando os resultados. Nesse sentido é fundamental a contratação de serviços de consultoria técnica especializada, não havendo necessidade de criação de uma estrutura orgânica e própria para realização de um trabalho de reivindicação pontual, para o atendimento de um estoque represado, sendo que a solicitação corrente (dia a dia) do ente não possui pessoal e estrutura necessária para o atendimento.

2.1.15. Ademais, o atendimento dessa exigência pontual geraria custos desnecessários à estrutura governamental. Além disso, o tempo necessário para capacitação, implantação,



ajustes, correção de procedimentos e até a efetiva recuperação tornaria onerosa a operação e exporia a administração o risco de um eventual fracasso, vez que se trata de serviço complexo em que o Ente não possui em seu quadro, funcionários em quantidade e com experiências e qualificações para o desempenho nos serviços ora em questão.

2.1.16. Todas essas atividades instam mencionar, exigem a composição de equipe técnica especializada e referenciada nas atividades de auditoria, planejamento e organização, assim como de cobrança ou recuperação dos valores devidos. Neste sentido, não dispondo de uma estrutura administrativa específica e direcionada, faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada, com experiência no ramo para realização desse trabalho. Deve-se ter em conta que, o objeto que se pretende contratar é de natureza sazonal, tendo em vista que após realizado, a demanda prevista neste termo de Referência cessará.

Nesse importe, deve-se dar relevo também à escolha da modalidade licitatória, qual seja, pregão presencial para registro de preços, tendo em vista a viabilidade e economicidade manifestas.

2.1.17. A adoção do Sistema de Registro de Preços no processo de aquisição de bens e serviços pela Administração Pública justifica-se pelas inúmeras vantagens trazidas por tal instituto. O atendimento à imprevisibilidade das demandas; a agilidade nas aquisições; a transparência e a possibilidade de maior participação de pequenas e médias empresas, são algumas destas vantagens que, certamente, contribuem para o alcance da Eficiência Administrativa, sendo então a melhor opção para a aquisição em questão, com fulcro no artigo 3º, do Decreto nº 7.892/2013.

2.1.18. Ainda, importante ressaltar, que atendendo a interesse de mais de um município e podendo alcançar a todos os entes consorciados, o registro de preços se apresenta como uma forma otimizada de realização da contratação pretendida e o registro de preço permite a coparticipação, assim como a futura adesão daqueles que almejam a contratação do objeto pretendido.

2.1.19. Assim, com base na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93, foi elaborado esse documento, constituindo parte integrante e inseparável do procedimento licitatório, viabilizando a realização de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na realização de auditorias operacionais com o objetivo de reduzir o endividamento e recuperar créditos identificados em favor dos municípios consorciados ao consórcio, prestando apoio nos procedimentos, apresentando sugestões de minutas de peticionamentos necessários, bem como prestar apoio no acompanhamento da tramitação, conforme especificações constantes neste termo de referência





## 2.2. MODALIDADE:

**2.2.1. PREGÃO:** A modalidade adotada para a presente licitação é o PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço, por se tratar de uma modalidade de licitação considerada como um aperfeiçoamento do regime de licitações para a Administração Pública. Esta modalidade possibilita o incremento da competitividade e amplia as oportunidades de participação das empresas licitantes interessadas em vender bens e/ou serviços comuns que visam o interesse público. Também chamado de Leilão Reverso, o Pregão é realizado em lances sucessivos e decrescentes, no chamado "quem dá menos". Desta forma, a Administração Pública, que está comprando, gera economia, o que significa o bom uso do dinheiro público. Esta modalidade de licitação é caracterizada por inverter as fases de um processo licitatório comum regido pela lei 8.666/93, ou seja, primeiro ocorre a abertura das propostas comercial das licitantes e depois é procedido o julgamento da habilitação dos mesmos;

2.2.1.1. De acordo com a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002:

*"Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."*

2.2.1.2. Extraí-se, portanto, que não há restrição quanto à complexidade do objeto. O objeto pode ser complexo e ser licitado mediante pregão, desde que tenha sido definido de forma precisa, suficiente e que tenha padrões de qualidade e desempenho próprios.

2.2.1.3. Tendo em vista que a Administração definiu de forma precisa, clara e suficiente o objeto da licitação, esta deverá, de acordo com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, exigir o mínimo necessário para a execução do contrato. Como a Administração atendeu esses pressupostos, não há que se falar em desrespeito ao princípio da igualdade;

2.2.1.6. O uso do Pregão não implica má qualidade ou ineficiência do serviço a ser prestado, pois a Administração é obrigada a especificar precisamente o objeto e definir níveis de serviços suficientes para assegurar a satisfatória execução dos serviços. Esses requisitos estão presentes neste Plano de Trabalho, no Termo de Referência e seus Anexos, porquanto foram bem definidos os serviços a serem executados, os níveis de serviço, as sanções, o ambiente da Contratante, dentre outros;

2.2.1.7. Por fim, quanto à economicidade, o Pregão mais uma vez se mostra a melhor opção, visto que a fase de lances propicia uma redução significativa de valor, ocasionando redução de custos para a Administração e em última análise para a sociedade.

**2.2.2. PREGÃO PRESENCIAL:** Conforme disposto no Art. 4º do Decreto Federal 5.450 de 31 de maio de 2005, nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica;

2.2.3.1. O formato de licitação a ser utilizado neste certame é o Pregão Presencial pelo fato de que o Decreto Federal nº 5.450/05 em seu § 1º, artigo 4º estabelece a



obrigatoriedade da utilização da modalidade de licitação de Pregão Eletrônico para a utilização de recursos repassados voluntariamente pela União;

2.2.3.2. Que o mesmo Decreto estabelece também a preferência pela utilização da modalidade Pregão na forma Eletrônica, não estabelecendo, contudo, a sua obrigatoriedade;

2.2.3.3. O Pregão Eletrônico demanda a necessidade da utilização de uma plataforma de uso e acesso específico via internet e o uso desta plataforma necessita de treinamento próprio, além da necessidade de uma rede lógica completa e eficiente, bem como do maquinário da mesma forma;

2.2.3.4. Que os equipamentos e a rede lógica disponível atualmente no CIMVA, não suportaria a implantação deste sistema de procedimento, ou seja, na forma de Pregão Eletrônico; Que no pregão eletrônico é comum as licitantes entregarem sua senha e chave de identificação a pessoas com conhecimentos superficiais do objeto para fazer os lances eletronicamente. Em licitações de objeto simples, essa conduta leva a riscos amenizados e quase que inexistentes, mas em licitação com objetos mais detalhados e específicos, a modalidade eletrônica do pregão não oferece índice razoável de certeza e segurança jurídica quanto à sustentabilidade da oferta do vencedor e sua capacidade técnica para executar o objeto;

2.2.3.5. Que no pregão eletrônico, o encerramento da disputa é ato do sistema sobre o qual o pregoeiro não tem nenhum domínio e caso necessite adiar o encerramento para garantir a continuidade da disputa isso jamais será permitido e quem sairá perdendo será a administração;

2.2.3.6. Destaca-se que se trata de licitação para contratação de serviços específicos o que requer do pregoeiro maior empenho junto aos participantes visando economicidade para o fornecedor; a rapidez no recebimento da documentação; o julgamento instantâneo; a economicidade para os Municípios;

2.2.3.7. Vale ressaltar, que a forma "presencial" permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasam os procedimentos, e agiliza a análise de todos os documentos exigidos em sessão pública, na presença de todos interessados, garantindo a transparência do julgamento pela Administração Pública e o direito de defesa;

2.2.3.8. Considerando ainda, que nas disposições do decreto federal de número 5450/2005, a opção pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 10.520/02, considerando os seguintes fatores:

2.2.3.8.1. A possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços por parte do pregoeiro, permitem uma maior vantagem técnica e econômica para a administração pública.

2.2.3.9. O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis, em função da concatenação dos serviços, que atrasariam os procedimentos e aumentariam seus custos.





**2.3. REGISTRO DE PREÇOS:** Determina o Estatuto Federal das Licitações – Lei nº 8.666/93 – que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através do Sistema de Registro de Preços – SRP (art. 15, II);

2.3.1. O registro de preços é um sistema utilizado pelo Poder Público para aquisição de bens e serviços em que os interessados concordam em manter os preços registrados pelo “órgão gerenciador”. Estes preços são lançados em uma “ata de registro de preços” visando as contratações futuras, obedecendo-se as condições estipuladas no ato convocatório da licitação;

2.3.1.1. Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

2.3.1.2. Quando, for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

2.3.1.3. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**2.4. SERVIÇOS COMUNS E CONTINUADOS:** A Lei Federal de nº10.520/2002 define claramente objetos comuns como sendo ... *“aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado”* ... . Bens e serviços com complexidade técnica, seja na sua definição ou na sua execução também são passíveis de serem contratados por meio de pregão. O que se exige é que a técnica neles envolvida seja conhecida no mercado do objeto ofertado, possibilitando por isso, sua descrição de forma objetiva no edital. Dentro deste raciocínio o TCU-Tribunal de Contas da União chancelou até mesmo um pregão para aquisição de helicópteros, declarando que cuida-se de objeto comum, nos termos da lei 10.520;

**2.5. JULGAMENTO POR PREÇO:** Neste certame deverá ser adotado o julgamento por menor preço por lote.

2.5.1. Na busca da economicidade por item/serviço e para evitar o risco de que determinado licitante logre êxito por ter apresentado o menor valor, porém dado que em sua proposta possa haver itens/serviços com preços acima dos valores de mercado, fica determinado que os preços unitários dos itens/serviços deste certame não poderão exceder os valores unitários estimados para este processo. É facultado ao pregoeiro negociar com a empresa que ofertar o menor valor, os valores unitários que excederem 10% os valores ofertados pelas outras empresas habilitadas no certame, na busca da maior economicidade e do interesse do erário público. Este procedimento será efetuado pelo pregoeiro durante a sessão de abertura de propostas no momento da negociação final, prevista no instrumento convocatório, com a empresa que ofertar o menor valor na proposta de preços. Encerrada a fase de lances, o pregoeiro convocará a licitante que apresentou a proposta/lance mais vantajosa para reelaborar e apresentar a sua proposta comercial através de ajuste da Planilha de Quantidades e Preços, com os respectivos valores unitários adequados aos valores



unitários estimados para o certame (se for o caso), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

2.5.3. No âmbito da execução do contrato de SRP, atendendo a análise periódica de preços de mercado, do DECRETO n° 6.984 de 14 de fevereiro de 2011, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal de Ipatinga, Direta e Indireta, o Sistema de Registro de Preços e dá outras providências: ficam instituídas as práticas de avaliação de preços de mercado por valor unitário para os itens/serviço deste certame e a posterior negociação de possíveis reduções de preços com a empresa vencedora, por parte do gestor do contrato, na busca da economicidade e do interesse público.

**2.6. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA:** O referido certame, não contempla a **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA** de Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativas, por se tratar de Licitação cujo valor de referência é superior a R\$ 80.000,00, conforme preconiza o Inciso I do artigo 48 da Lei complementar n° 123/06.

**2.7. COTA DE PARTICIPAÇÃO:** Não será ESTABELECIDA a cota de até 25% para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativas conforme preconiza o Inciso III do artigo 48 da Lei complementar n° 123/06, por se tratar de contratação de prestação de serviços especializados e não bens de natureza divisível.

### III – ÁREA SOLICITANTE

3.1 - Gerencia de Convênios do CIMVA, para atender à demanda dos Municípios Consorciados:

MUNICÍPIO CONSORCIADO (ÓRGÃOS PARTICIPANTES)	ÁREA URBANIZADA (IBGE 2010)	ÁREA TERRITORIAL (IBGE 2019)	POPULAÇÃO ESTIMADA (IBGE 2020)	UNIDADES DE SAÚDE (IBGE 2009)	UNIDADES ESCOLARES (www.escol.as)	SALAS DE AULAS (www.escol.as)
Açucena	60,60	815,422 km²	10.276	12	09	31
Antônio Dias	239,27	787,061 km²	9.275	13	14	42
Belo Oriente	66,65	334,909 km²	26.994	15	15	117
Braúnas	54,48	378,318 km²	4.769	05	03	18
Bugre	19,38	161,491 km²	3.983	06	02	14
Caratinga	50,80	1.258,48 km²	85.239	50	44	264
Coroaci	117,56	576,274 km²	9.943	06	12	79
Coronel Fabriciano	80,31	221,252 km²	110.290	31	25	320
Córrego Novo	60,59	205,385 km²	2.728	03	02	9
Dom Cavati	24,40	59,520 km²	5.048	07	03	36
Entre Folhas	56,53	85,390 km²	5.377	05	03	27
Imbé de Minas	100,33	196,735 km²	6.940	04	09	50



Ipaba	7,25	113,246	km <sup>2</sup>	18.769	06	08	32
Ipatinga	128,28	164,884	km <sup>2</sup>	265.409	57	76	476
Joanésia	75,59	233,292	km <sup>2</sup>	4.476	05	05	37
Mesquita	78,08	274,938	km <sup>2</sup>	5.546	06	05	25
Naque	23,53	127,173	km <sup>2</sup>	7.051	07	02	21
Periquito	124,30	228,907	km <sup>2</sup>	6.773	08	05	49
Piedade de Caratinga	30,51	109,345	km <sup>2</sup>	8.702	06	03	33
Pingo D'água	27,43	66,570	km <sup>2</sup>	4.986	02	02	13
Raul Soares	49,2	763,36	km <sup>2</sup>	23762	22	12	72
Santana do Manhuaçu	158,40	347,362	km <sup>2</sup>	8.667	04	12	72
São João Do Oriente	64,27	120,122	km <sup>2</sup>	7.444	08	04	34
Sem-Peixe	28,79	176,634	km <sup>2</sup>	2.606	04	03	12
Sobreria	46,4	206,787	km <sup>2</sup>	5.830	07	05	25
Ubaporanga	93,77	189,045	km <sup>2</sup>	12.493	08	09	56
Vargem Alegre	25,43	116,664	km <sup>2</sup>	6.470	07	02	16

**ÓRGÃO GERENCIADOR**

Consortio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA

**IV – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

4.1. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações referentes a possíveis alterações e avisos do processo no Diário Oficial dos Municípios [www.diariomunicipal.com.br/amm-mg](http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg), conforme o caso.

4.2. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail [cimva.mglicitacao@outlook.com](mailto:cimva.mglicitacao@outlook.com), via telefone (31) 3822-1817 ou ainda, no Departamento de Compras em até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura das propostas.

4.3. **Impugnações:** Até 05 (cinco) dias úteis, antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, conforme disposto no artigo 41 & 1º, da lei 8.666/93, através de petições protocoladas, encaminhadas ao Pregoeiro, no Departamento de Licitações à Rua Café Filho, nº 76, Bairro Imbaúbas, Ipatinga/MG, CEP: 35.160-250 ou através do e-mail [cimva.mglicitacao@outlook.com](mailto:cimva.mglicitacao@outlook.com).

4.4. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante à administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, conforme disposto no & 1º do artigo 41 da Lei 8.666/93.

4.5. A petição deverá ser assinada, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ, endereço eletrônico e endereço, acompanhado de



cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador).

4.5.1. Não será reconhecida a impugnação quando vencido o prazo de interposição;

4.5.2. A impugnação deverá conter de forma clara e explícita o Número do Edital, nome, e-mail, telefone da empresa, nome do signatário e as razões da impugnação;

4.5.3. O Consórcio não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas;

4.5.4. Acolhida à impugnação será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

4.5.5. A decisão do Pregoeiro será publicada no site do CIMVA e será enviada por e-mail ao impugnante e para conhecimento de todos os interessados, no prazo de 03 (três) dias úteis.

## V - DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão as Pessoas Jurídicas (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), conforme o que trata a Lei Complementar Federal nº 147/2014, do ramo pertinente e objeto social compatível com o licitado e que na fase de habilitação comprove possuir os requisitos de qualificação exigidos neste edital, para execução do seu objeto que cumpram plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital.

5.1.1. Participarão da sessão do Pregão Presencial os representantes dos licitantes efetivamente credenciados.

5.2. Não poderá participar da presente licitação empresa nas seguintes situações:

a) Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o CIMVA;

b) Pessoas Jurídicas das quais participem, seja a qualquer título, dirigentes ou servidores do CIMVA, conforme artigo 9º da Lei de Licitações e Contratos;

c) Sociedades empresárias em consórcio, tendo em vista o grau de complexidade dos serviços;

d) Que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

e) Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;

f) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

g) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

5.2. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

5.3. Os interessados deverão atender a todas as exigências estabelecidas neste Edital, sejam as que dizem respeito às especificações do objeto, sejam as referentes



à documentação solicitada, forma de apresentação da(s) proposta(s) e demais condições exigidas.

## VI - CREDENCIAMENTO

6.1. No dia, hora e local designados no Edital, o interessado e/ou seu representante legal deverá proceder ao

respectivo credenciamento junto ao Pregoeiro.

6.2. As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão do Pregão por seu sócio, proprietário ou dirigente, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social atualizado ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado de documento de identidade do seu representante legal.

6.3. A representação também poderá ser feita por procurador munido de instrumento público ou particular ou por Carta de Credenciamento, conforme modelo do **Anexo IV**, com firma reconhecida, comprovando a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao Pregão, juntamente com cópia autenticada do documento de identidade do credenciado ou procurador e documento que comprove a representação legal do outorgante.

- a) Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação;
- b) Todos os documentos pessoais, tanto dos sócios quanto dos seus representantes, devem ser apresentados dentro do prazo de validade. No caso de apresentação de documento de identidade (RG), o mesmo deverá ter no máximo 10 (dez) anos de expedição;
- c) O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial e a responsabilidade legal pelos atos praticados;
- d) O licitante, no ato do credenciamento, deverá apresentar ainda, fora dos envelopes contendo a proposta de preços e a habilitação, Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do artigo 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10520/2002, conforme modelo previsto no **Anexo V** deste Edital;
- e) O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da lei citada deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio de declaração, conforme modelo do **Anexo VII**, juntamente com documento legal que comprove sua condição de ME ou EPP:

1 - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;





- 2 - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa;
- 3 - Apresentação do Cartão com número do CNPJ da empresa, onde conste seu enquadramento como ME ou EPP.
- f) O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente;
- g) O Pregoeiro, quando finalizar o credenciamento dos presentes, declarará o fim da etapa de credenciamento, sendo vedado, a partir deste momento, o credenciamento de novos licitantes;
- 1 - Havendo a concordância de TODOS os presentes, caso surja algum licitante após a declaração de final da fase de credenciamento, esse poderá ser credenciado e participar da sessão;
- 2 - Neste caso, o(a) pregoeiro(a) constará em ata o horário de chegada da empresa atrasada e a concordância dos presentes.

## VII - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de Habilitação e Proposta Comercial deverão ser apresentados, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO AÇO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021  
"PROPOSTA COMERCIAL"  
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO  
TELEFONE  
EMAIL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO AÇO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021  
"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"  
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO  
TELEFONE  
EMAIL



## VIII – PROPOSTA COMERCIAL

8.1. A proposta comercial poderá ser apresentada conforme modelo do **(Anexo II)**, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, com identificação da proponente, CNPJ ou CPF, endereço, números de telefone e fac-símile/e-mail e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, constando preço unitário e total cotado, expresso na moeda oficial do país, com duas casas decimais e deverá conter:

- a) Proposta de Preços;
- b) Planilhas de Preços Unitários.

8.2. A proposta comercial **(Anexo III)**, a Planilha de Preços Unitários **(Anexo III.1)**, deverão ser apresentadas conforme modelo integrante deste Edital.

8.2.1. As licitantes deverão propor preços unitários para todos os itens da planilha de orçamento integrante do presente Edital, cujo valor máximo de contratação por lote é de:

LOTE 01 - R\$ 53.011.000,00 (Cinquenta e três milhões e onze mil reais);

LOTE 02 - R\$ 334.000,00 (trezentos e trinta e quatro mil reais), e preparada em conformidade com as instruções seguintes:

8.2.2. Descrição completa do objeto conforme especificações constantes do Termo de Referência **(Anexo I)**, especificando detalhadamente o item ofertado;

8.2.3. Propor preços unitários para todos os itens cujo valor máximo é o constante na Planilha de Referência de Preços **(Anexo III.1)** e valor total da planilha de orçamento integrante do presente Edital, expresso em numeral, com até 02 (duas) casas decimais;

- a) Não será admitido proposta para fornecimento parcial do (s) lote (s).

8.3. A falta de assinatura na proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente na sessão de abertura do envelope de Proposta e com poderes para esse fim;

8.4. A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

- a) Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento;
- b) Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos;
- c) Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, poderá ser solicitada prorrogação da validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse deste Consórcio;



- d) A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.
- 8.5. Os preços propostos compreenderão todos os custos diretos e indiretos, e demais despesas necessárias à completa execução do objeto da licitação. Os preços devem ser cotados em moeda nacional (R\$), devendo incluir impostos, taxas, seguro e outros encargos que incidam, ou venham a incidir sobre o objeto licitado. Havendo divergência entre os preços unitário e total, prevalecerá o primeiro;
- 8.6. A não indicação de parcelas referentes aos impostos, taxas, seguro e outros encargos, pressupõe que o preço já o inclui;
- 8.7. O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado no CIMVA ou na Prefeitura Contratante, em endereço discriminado no Termo de Referência, Anexo I, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios;
- 8.8. Se todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 8.9. Será desclassificada a proposta que fizer menção a qualquer correção, ou atualização monetária, salvo para o reajuste previsto neste Edital para prorrogação do contrato após 12 meses de prestação de serviços, e ainda, aquela que condicionar as disposições não contidas neste Edital, ou que sejam apresentadas de forma condicionada;
- 8.10. Uma vez abertas as propostas, serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores, tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem, em relação às exigências e formalidades previstas neste Edital;
- 8.11. As propostas serão examinadas, lidas e rubricadas pelo Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio, e a seguir, colocadas à disposição dos Licitantes, também para serem lidas, examinadas e rubricadas.
- 8.12. O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital;
- 8.13. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

## **IX - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1. O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar a documentação abaixo relacionada:

**9.1.1. A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso, consistirá em:**

9.1.1.1. Registro comercial (requerimento de empresário), no caso de empresa individual;



9.1.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na junta comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a) O documento deverá ser acompanhando da última alteração, se for o caso, ou apenas o ato constitutivo consolidado;

b) No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.

9.1.1.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo

Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.1.1.5. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial.

**9.1.2. A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, conforme o caso, consistirá em:**

9.1.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;

9.1.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

9.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado onde se localiza a sede da licitante;

9.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria ou outro órgão competente do Município;

9.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

9.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5452/1943 (NR).

9.1.2.7. Alvará de Localização e Funcionamento, expedido por órgão competente, vigente.

9.1.3. Prova de atendimento aos requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei Estadual nº 20826/2013, para se enquadrar como:

9.1.3.1. ME ou EPP definida pelo artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, por meio de certidão expedida pela Junta Comercial comprovando sua condição, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do



Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC; ou 9.1.3.2. Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados; 9.1.3.3. Quando optante pelo SIMPLES Nacional: comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita federal e deverá apresentar Declaração Modelo (**Anexo VIII**) e a DECLARAÇÃO DE ME e EPP modelo (**Anexo VII**);

9.1.3.4. A ME e a EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição;

9.1.3.5. Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do CIMVA, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

9.1.3.6. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro;

9.1.3.7. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos;

9.1.3.8. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações posteriores, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

## **9.2. Qualificação Econômica**

9.2.1. Certidão negativa de falência expedida pelo **Cartório distribuidor** da sede da pessoa jurídica.

## **9.3. Qualificação Técnica**

9.3.1. A licitante deverá apresentar, atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove aptidão da empresa, ou de seu sócio ou de membro de seu corpo técnico, para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação. A comprovação solicitada nesta cláusula poderá se dar da seguinte forma:

9.3.1.1. Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove já lhe ter prestado serviços semelhantes aos constantes do objeto desta licitação, no qual se relacionem os serviços prestados, informando, sempre que possível, valores e demais dados técnicos, bem como se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação. Tal atestado deverá ser fornecido



pelas entidades, em papel timbrado, assinados e datados;

9.3.1.2. A comprovação dos vínculos dos profissionais com a licitante poderá ser efetuada por intermédio do contrato social, se sócio, ou da carteira de trabalho, ou contrato de prestação de serviços, ou ficha de registro de empregado, ou pela certidão de registro da licitante em conselho próprio, se nela constar o nome dos profissionais indicados;

9.3.1.3. No caso de os atestados estarem em nome de profissional que compõe o corpo técnico, este apresentará declaração individual que se apresente como vinculado à empresa proponente, não podemos neste certame se apresentar como tal em mais de uma empresa ou instituição.

9.4. Somente serão aceitos atestados impressos em papel timbrado, contendo nome, endereço completo, CNPJ, contato do declarante que atesta os serviços da Contratada, podendo o contratante realizar diligências necessárias a eventual apuração da veracidade das informações;

9.5. Quando do julgamento da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio irão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, bem como suprir a omissão de eventuais documentos de habilitação, mediante consulta via internet em sites oficiais que emitam certidões on-line via internet, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

9.5.1. As diligências mencionadas no subitem anterior ficarão prejudicadas caso o acesso via internet esteja indisponível, por qualquer motivo que seja, ou as informações contidas nos referidos sites não sejam suficientes para atestar a habilitação da licitante, fato que ensejará a inabilitação da empresa e regular prosseguimento do procedimento licitatório;

9.5.2. Adverte-se que alguns Municípios e Estados, ou Órgãos emissores dos documentos, não propiciam consultas de regularidade fiscal, cadastro fiscal e de documentos via internet, hipótese na qual se tornará inviável o saneamento de eventuais falhas, erros ou omissões das Licitantes.

9.6. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio poderão efetuar ainda, consulta junto aos sites dos órgãos emissores dos documentos extraídos pela internet, para verificação de sua autenticidade;

9.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

9.7.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.7.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

9.7.3. Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

9.7.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.7.5. Ficam ressalvados os documentos do(s) membro(s) de seu corpo técnico, para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.



9.7.6. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de Autenticação Digital e de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel;

9.7.7. Os documentos mencionados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de discos magnéticos.

#### 9.8. Outras declarações:

9.8.1. Declaração Conjunta (**Anexo VI**) abrangendo:

- a) Declaração, assinada por quem de direito, de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituinte Federal;
- b) De que recebeu todas as peças relativas à licitação - edital, anexos, memorial descritivo e de que tomou conhecimento de todas as informações para o total cumprimento das obrigações do objeto do presente edital;
- c) Tem conhecimento do prazo de execução total dos serviços;

9.8.2. Declaração que não possui vínculo com o CIMVA (**Anexo X**);

9.8.3. Declaração de Superveniência de Fato Impeditiva da Habilitação subscrita por seu representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com Administração Pública, conforme (**Anexo XI**).

### X - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1.1. Após o encerramento do credenciamento dos representantes dos licitantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos licitantes;

10.1.2. Aberta a sessão, os representantes credenciados entregarão os envelopes contendo a Documentação de Habilitação e a Proposta Comercial e SEPARADAMENTE, Declaração, conforme modelo do (**Anexo V**), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, a teor do artigo 4º, VII da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, e as Declarações de ME EPP, conforme (**Anexos VII e VIII**);

10.1.3. **A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente neste Pregão;**

10.1.4. Compete ao Pregoeiro proceder à abertura dos envelopes Proposta de Preços, conservando intactos os envelopes Documentos de Habilitação e sob a guarda do Pregoeiro/Órgão Licitante;

10.1.5. O Pregoeiro, após a abertura das Propostas Comerciais, procederá à verificação de sua conformidade de acordo com os requisitos estabelecidos no edital;

10.1.6. Na hipótese de ser necessária a realização de diligências para comprovação da exequibilidade dos preços, a sessão poderá ser suspensa, sendo agendada nova data e horário para sua continuidade;

10.1.7. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, ofertado para a prestação de serviço do objeto, desde que observadas as especificações e outras condições estabelecidas neste edital e na legislação pertinente;



10.1.8. Será desclassificada a proposta que:

- 10.1.8.1. Não se refira à integralidade do objeto;
- 10.1.8.2. Não atenda às exigências estabelecidas em diligências ou no Edital;
- 10.1.8.3. Apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor 0 (zero), incompatíveis com os preços dos insumos, acrescidos dos respectivos encargos, superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do artigo 44 e incisos I e II do artigo 48, da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores;

10.1.8.4. Que apresentem preços manifestamente inexequíveis, ou seja, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

10.1.8.4.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

10.1.8.4.2. Valor orçado pela Administração;

10.1.8.5. Apresente preço baseado em outra(s) proposta(s), inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor;

10.1.8.6. Forem ilegíveis, contendo em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidade ou defeito de linguagem capaz de dificultar o julgamento;

10.1.8.7. Contenham limitações, omissões, alterações, adições ou correções;

10.1.8.8. Apresentadas sem assinatura do interessado ou de seu representante legal;

10.1.8.9. Preenchidas a lápis;

10.1.8.10. Tenham validade inferior a 60 (sessenta) dias.

10.2. Serão desconsiderados, para efeito de julgamento, a terceira casa decimal, após a vírgula, caso seja cotada; 10.3. Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências;

10.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem;

10.5. O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo;

10.6. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

10.6.1. Seleção das propostas de MENOR PREÇO POR LOTE;

10.6.2. Serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores valores, até o máximo de 3 (três);

10.6.3. No caso de empate nos valores, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.7. Se o Pregoeiro entender que o preço é inexequível fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos;

10.7.1. Na hipótese de ser necessária a realização de diligências para comprovação da exequibilidade dos preços, a sessão poderá ser suspensa, sendo agendada nova data e horário para sua continuidade;

10.7.2. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais.



10.8. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de menor desconto e os demais em ordem decrescente de preço, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de valores;

10.9. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances;

10.10. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observado o decréscimo mínimo, que será estipulado pelo pregoeiro no ato do pregão, aplicável inclusive em relação ao primeiro;

10.11. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, com exceção da melhor proposta;

10.12. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor preço com vistas à redução do preço;

10.113 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor valor, decidindo motivadamente a respeito;

10.14. Aceitabilidade será aferida a partir dos valores de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento;

10.15. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor de mercado;

10.16. Se houver apenas uma proposta, desde que atenda a todos os termos do edital e, ainda, sendo compatível com o valor de mercado, esta poderá ser aceita;

10.17. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, §2º da Lei Complementar nº 123/06, para os lotes de participação ampla;

10.18. Ocorrendo o empate e comprovada a condição de ME ou EPP, na fase de credenciamento dos licitantes, proceder-se-á da seguinte forma:

10.18.1. A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 05 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência;

10.18.2. Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão;

10.18.3. Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência;

10.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, será realizado sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance;



10.18.5. Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances;

10.19. Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

## **XI – CADASTRO RESERVA**

11.1. O Pregoeiro convocará, ao final da fase de lances, os licitantes que desejarem reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado para compor o cadastro reserva da Ata de Registro de Preço;

11.2. O Pregoeiro constará na Ata de Sessão os licitantes interessados e suas propostas, que deverão obrigatoriamente assiná-la;

11.3. O cadastro reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

11.4. O licitante que cadastrar sua proposta como reserva, poderá ser convocado para assumir o registro de preço, durante a vigência da Ata de Registro de Preços em caso de cancelamento(s) do(s) preço(s) anteriormente registrados;

11.5. O cadastro reserva, será incluído na Ata de Registro de Preço como forma de anexo, na sequência da classificação do certame, e terão sua habilitação solicitada e verificada apenas no momento da possível convocação para assumir o registro do preço.

## **XII – HABILITAÇÃO**

12.1. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor;

12.2. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

12.2.1. Substituição e apresentação de documentos, ou

12.2.2. Verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

12.3. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada;

12.4. O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada;

12.5. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;

12.6. Se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor valor, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim



sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor;

**12.7. A licitante detentora do menor preço deverá encaminhar ao Pregoeiro a Proposta Comercial, AJUSTADA AO PREÇO FINAL, até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do horário de realização do Pregão, sob pena de desclassificação.**

### **XIII - RECURSOS E CONTRARRAZÕES**

13.1. Após a declaração do vencedor, durante a Sessão do Pregão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na Sala de Licitação;

13.2. Se as razões do recurso forem apresentadas na Sessão do Pregão, estas serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso;

13.4. O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

13.4.1. Ser dirigido ao Presidente do CIMVA, aos cuidados do Pregoeiro, conforme estabelecido no item

13.1 deste Título;

13.4.2. Ser protocolizado na Sala do Departamento de Compras, em uma via original, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal, no endereço: à Rua Café Filho, nº 76, Bairro Imbaúbas, Ipatinga/MG, CEP 35.160-250, ou por e-mail no endereço eletrônico [cimva.mglicitacao@outlook.com](mailto:cimva.mglicitacao@outlook.com);

13.5. O Pregoeiro não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas;

13.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

13.7. O recurso será apreciado pelo Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento;

13.8. A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no Site <http://www.cimva.com.br> e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no endereço eletrônico



<http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8666/1993;

13.9. O CIMVA poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, não cabendo as licitantes o direito de indenização;

13.10. A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata de Registro de Preços;

13.11. No caso de desfazimento de processo licitatório ficará assegurado o contraditório e o direito à ampla defesa.

#### **XIV - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório;

14.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s);

14.3. Por tratar-se de uma solução tecnológica por um único item, onde não se visualiza a sua divisibilidade, o objeto deverá ser adjudicado a um único Fornecedor;

14.4. Compete ao Presidente do CIMVA homologar o Pregão.

#### **XV - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Homologado o resultado da licitação, o Setor de Licitações do CIMVA, convocará o(s) proponente(s) classificados em primeiro lugar para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, para assinar a ARP (**Anexo XIII**), sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/1993;

15.1.1. O prazo fixado no item anterior poderá ser prorrogado, desde que a solicitação seja apresentada durante o transcurso do interstício inicial, caso ocorra motivo justo e aceito pelo setor gerenciador;

15.2. O CIMVA, por seu Presidente, será o responsável pelo gerenciamento da ARP, bem como a fiscalização das contratações dela decorrentes;

15.3. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no artigo 62 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores;

15.4. As quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes estão limitadas aos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, sendo vedado efetuar acréscimos nos quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993. Entretanto, os contratos decorrentes do Sistema de Registro de



Preços, poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores;

15.5. Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem;

15.6. Os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação;

15.7. Caberá ao prestador de serviço beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes; 15.8. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme disposto no art. 22 § 3º do Decreto Federal nº 9.488 de 30 de agosto de 2018;

15.9. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme art. 22 § 4º do Decreto Federal nº 9.488 de 30 de agosto de 2018;

15.10. Se a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, é facultado ao CIMVA convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para o objeto desta licitação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista na alínea 17 deste Edital;

15.11. A ARP terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação, vedada, neste caso, sua prorrogação;

15.12. A existência de preços registrados não obriga a CIMVA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO AÇO a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do Registro à preferência em igualdade de condições;

15.12.1. O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso CIMVA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO AÇO opte por realizar a aquisição através de licitação específica, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, caso em que o detentor do Registro de Preços terá assegurado seu direito à contratação.

15.13. O setor gerenciador, avaliará o mercado constantemente, promovendo, se necessário, as negociações ao ajustamento do preço;



15.14. Se o preço inicialmente registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o setor gerenciador negociará com o fornecedor sua redução, caso contrário o signatário da Ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória;

15.15. O fornecedor, antes de receber a Autorização de Fornecimento, poderá requerer ao setor gerenciador, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado se tornar superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;

15.15.1. Nessa hipótese, ocorrendo o cancelamento, o fornecedor ficará exonerado da aplicação de penalidade.

15.16. Cancelados os registros, o CIMVA poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação;

15.16.1. Não havendo êxito nas negociações, e não existindo mais preços registrados, o CIMVA procederá à revogação da ARP, relativamente ao item que restar frustrado.

15.17. O gestor da ARP deverá realizar o controle dos produtos contratados quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação;

15.18. Na hipótese de se atingir o limite inicialmente estimado na ARP para contratação, o CIMVA, não poderá efetuar nenhum acréscimo de quantitativo, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº

8.666/1993, nos termos do §1º do art. 12 do Decreto 7.892/2013;

15.19. O responsável designado pela CONTRATANTE, expedirá atestado de inspeção dos produtos E serviços entregues, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos;

15.20. O DETENTOR DO PREÇO REGISTRADO é obrigado a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do ARP pelo CIMVA, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo CIMVA;

15.21. O CIMVA não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Edital;

15.22. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade do DETENTOR DO PREÇO REGISTRADO pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da Contratação.

## **XVI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. Por tratar-se de licitação realizada através do Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada em documento específico: Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, ou outro documento equivalente.





**XVII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

17.1. Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas na proposta ou na Ata de Registro de Preço/Contrato, o CIMVA ou a Contratante poderá aplicar à adjudicatária ou contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores, bem como no artigo 7º da Lei nº

10.520/2002, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, garantidos o contraditório e a prévia ampla defesa;

17.1.1. Na ocorrência de uma das hipóteses previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002:

17.1.1.1. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das sanções previstas no Item 17.1.5 destas sanções.

17.1.2. Na ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, assim considerado pelo

CONTRATANTE, hipótese em que responderá pela inexecução parcial ou total do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.1.2.1. Advertência.

17.1.2.2. Multa de:

17.1.2.2.1. 0,16% (dezesesseis centésimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;

17.1.2.2.2. 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso por período superior ao previsto no item 9.3.2.1 até 30 (trinta) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.1.2.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, podendo ainda ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

17.1.3. Na hipótese de perda de dados do equipamento durante a execução de quaisquer serviços solicitados, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao interesse público:

17.1.3.1. Multa de 10% (dez por cento) do valor global do Contrato;

17.1.3.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

17.1.4. Eventual desistência da CONTRATADA após sua expressa manifestação de interesse na prorrogação contratual ensejará pelo órgão, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao interesse público:

17.1.4.1. Multa de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato;

17.1.4.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

17.1.5. Nas hipóteses em que houver rescisão unilateral do Contrato por culpa da CONTRATADA, bem como nos casos em que ocorrer falha ou fraude na execução do Contrato, poderão ser aplicadas ainda as seguintes sanções, sem prejuízo das multas cabíveis, nos termos dos incisos anteriores:



17.1.5.1. Impedimento de licitar e contratar com a União, bem como descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa supracitada; 17.1.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública,

enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

## **XVIII - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

18.1. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira;

18.2. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual;

18.3. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato; e
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

18.4. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

18.5. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou



integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## **XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Caso seja necessário, o **Pregoeiro** poderá suspender a sessão do Pregão a qualquer momento, em virtude do transcurso do tempo, para análise de propostas ou documentações, para realização de diligências ou parecer técnico, lavrando ata que deverá ser assinada pela Equipe de Apoio, Pregoeiro(a) e licitantes presentes;

19.1.1. A intimação para continuidade da sessão poderá ser feita no ato da suspensão ou por meio de publicação no site do CIMVA e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no endereço [www.diariomunicipal.com.br/amm-mg](http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg), com prazo de publicação mínimo de 02 (dois) dias úteis, constando em ata a responsabilidade dos licitantes em acompanharem diariamente as publicações;

19.1.2. Os envelopes que não estiverem abertos ficarão em poder do Pregoeiro em caso de suspensão da Sessão.

19.2. Se os licitantes adjudicatários, convocados dentro do prazo de validade de suas propostas, deixarem de assinar a ARP, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo setor gerenciador, o **Pregoeiro** examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, devendo neste caso o fornecedor classificado fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

19.3. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

19.4. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificados e envelopes "Documentação de Habilitação" de licitantes cujas propostas tenham sido desclassificadas;

19.5. Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

19.6. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido; 19.7. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do artigo 43, da Lei Federal



nº 8.666/1993;

19.8. Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio;

19.9 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante; 19.10. As decisões do Presidente do CIMVA e do Pregoeiro serão publicadas no Site do CIMVA e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no endereço [www.diariomunicipal.com.br/amm-mg](http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg), podendo ser aplicado o disposto no § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores;

19.11. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

19.12. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o CIMVA revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovadas ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

19.13. Nenhum acréscimo de quantitativo poderá ser efetuado, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, nos termos do §1º do art. 12 do Decreto 7.892/2013;

19.14. O CIMVA poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

19.15 Fica eleito o foro da Comarca de Ipatinga, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser;

19.16. Os anexos deste edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Planilha de Referência de Preços Unitários;

Anexo III - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III.1 – Planilha de Preços (modelo proposta)

Anexo IV - Modelo de Carta de Credenciamento;

Anexo V - Modelo de Declaração de Habilitação;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica - conjunta;

Anexo VII - Modelo de Declaração de ME, EPP ou equiparada;

Anexo VIII - Modelo de Declaração de Opção pelo Simples Nacional;

Anexo IX - Modelo de Declaração que não possui vínculo com o CIMVA;

Anexo X - Modelo de Declaração da inexistência de fato impeditivo;

Anexo XI - Minuta da Ata de Registro de Preço.

Ipatinga, 10 de agosto de 2021.

  
Elci Rodrigues







Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA; PROCESSO 023/2021, PREGÃO PRESENCIAL 009/2021. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço em atendimento às demandas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço e dos municípios coparticipantes, conforme especificações constantes do Anexo I, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos. **OUTRAS INFORMAÇÕES:** Tel.: 31 3822-1817 das 12h00min às 17h00min, e-mail [cimva.mglicitacao@outlook.com](mailto:cimva.mglicitacao@outlook.com). **RETIRADA DE EDITAL, <https://www.cimva.com.br>. Entrega, Abertura e julgamento das Propostas: 14/09/2021 às 14h00min na sala de licitações do CIMVA, à Rua Café Filho, 76, Imbaúbas - Ipatinga - MG. CEP: 35.160-250. (COMPARECER APENAS 1 REPRESENTANTE POR EMPRESA, PORTANDO LUVAS E MASCARA).** Ipatinga, MG, 10 de agosto de 2021. Elci Rodrigues – Pregoeiro.



**PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021**

**TIPO: REGISTRO DE PREÇOS**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço - CIMVA, é uma entidade pública, sem fins lucrativos, tendo como principal objetivo, a integração administrativa, econômica e social dos municípios qual se integram, disponibilizando bens e serviços em condições especialmente vantajosas.

Visando beneficiar os municípios consorciados, apoiando-se na luta pelos seus direitos e conquistas, buscando assim, ampliar a democracia em nosso Estado, além de fazer a interação entre os prefeitos e municípios. Realizando programas de planejamento, propondo soluções para problemas sociais, econômicos e políticos, locais ou regionais.

MUNICÍPIO CONSORCIADO (ÓRGÃOS PARTICIPANTES)	ÁREA URBANIZADA (IBGE 2010)	ÁREA TERRITORIAL (IBGE 2019)	POPULAÇÃO ESTIMADA (IBGE 2020)	UNIDADES DE SAÚDE (IBGE 2009)	UNIDADES ESCOLARES (www.escol.as)	SALAS DE AULAS (www.escol.as)	DISTÂNCIA DO MUNICÍPIO ATÉ O CIMVA (km)
Açucena	60,60	815,422 km²	10.276	12	09	31	69
Antônio Dias	239,27	787,061 km²	9.275	13	14	42	59
Belo Oriente	66,65	334,909 km²	26.994	15	15	117	44
Braúnas	54,48	378,318 km²	4.769	05	03	18	80
Bugre	19,38	161,491 km²	3.983	06	02	14	42
Caratinga	50,80	1.258,48 km²	85.239	50	44	264	95
Coroaci	117,56	576,274 km²	9.943	06	12	79	164
Coronel Fabriciano	80,31	221,252 km²	110.290	31	25	320	10
Córrego Novo	60,59	205,385 km²	2.728	03	02	9	62
Dom Cavati	24,40	59,520 km²	5.048	07	03	36	64
Dores de Guanhães	56,40	382,124 km²	5.154	04	03	30	117
Entre Folhas	56,53	85,390 km²	5.377	05	03	27	58
Iapú	27,90	340,994 km²	11.045	08	06	38	63
Imbé de Minas	100,33	196,735 km²	6.940	04	09	50	93
Ipaba	6,40	113,246 km²	18.769	06	08	32	22



Ipatinga	128,28	164,884	km²	265.409	57	76	476	0
Jaguaráçu	41,90	163,760	km²	3.142	06	04	30	39
Joanésia	75,59	233,292	km²	4.476	05	05	37	54
Marliéria	7,80	545,813	km²	4.034	03	04	32	47
Mesquita	78,08	274,938	km²	5.546	06	05	25	37
Naque	23,53	127,173	km²	7.051	07	02	21	41
Periquito	124,30	228,907	km²	6.773	08	05	49	54
Piedade de Caratinga	30,51	109,345	km²	8.702	06	03	33	97
Pingo D'água	27,43	66,570	km²	4.986	02	02	13	47
Pocrane	27,20	691,066	km²	8.359	08	08	24	205
Raul Soares	49,20	763,36	km²	23.711	22	12	72	137
Reduto	36,30	151,859	km²	7.201	06	07	33	184
Santana do Manhuaçu	158,40	347,362	km²	8.667	04	12	72	171
São João Do Oriente	64,27	120,122	km²	7.444	08	04	34	62
São Pedro do Suaçuí	46,30	308,106	km²	5.202	06	05	25	193
Sem-Peixe	28,79	176,634	km²	2.606	04	03	12	116
Sobralia	46,4	206,787	km²	5.830	07	05	25	100
Ubaporanga	93,77	189,045	km²	12.493	08	09	56	74
Vargem Alegre	25,43	116,664	km²	6.470	07	02	16	35

## 1 - DO OBJETO ITENS E QUANTIDADES

1.1.1. REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço em atendimento às demandas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço e dos municípios coparticipantes, conforme especificações constantes do Anexo I, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos.

1.1.2. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL COM FOCO NA GESTÃO DO ISSQN RECOLHIDO PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CARTÓRIOS, LOTÉRICAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, ACADEMIAS, CINEMAS, CONSTRUÇÃO CIVIL, HOTEIS, INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PEDÁGIOS E OUTROS.



1.1.3. Os serviços objeto deste, deverão atender às normas vigentes e, em especial aquelas exigidas pelo poder público.

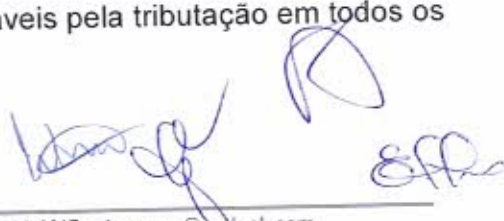
1.1.4. No preenchimento da Proposta nos campos de valores, devem constar apenas duas casas decimais após a vírgula, desconsiderando quaisquer arredondamentos.

1.2. Para efeito de julgamento dos preços no Pregão Presencial, o critério deverá ser **“MENOR PREÇO POR LOTE”**, conforme definições Abaixo:

1.2.1. Elaboração de Plano de Trabalho e Evolução – PTE contendo as etapas necessárias à fiscalização incluindo:

- a) Criação de Ordem de Serviço para início do processo de auditoria fiscal / fiscalização;
- b) Elaboração do Termo de Início de Ação Fiscal – TIAF solicitando as informações necessárias ao processo de auditoria fiscal com o objetivo de identificar e validar indícios de sonegação;
- c) Validação e tratamento dos documentos enviados pelas instituições financeiras para elaborar apontamentos dos valores apurados;
- d) Criação do Mapa de Apuração contendo todas as informações que embasam a autuação, tais como as rubricas (contas internas) que estão sendo autuadas, os COSIF correlatos, o código de serviço enquadrado, função e funcionamento das rubricas;
- e) Elaboração do parecer técnico que enseja a cobrança;
- f) Confecção dos eventuais Autos de Infração (obrigações principais e acessórias);
- g) Elaboração do Termo de Encerramento de Ação Fiscal – TEAF;
- h) Utilização pela empresa para processamento dos arquivos e cruzamento das informações, de Sistema de DESIF, no padrão ABRASF, para coleta dos arquivos das instituições financeiras.

1.2.2. Capacitação de Servidores para dar continuidade às ações de fiscalização futuras, pois, todo o conhecimento será repassado aos responsáveis pela tributação em todos os seus níveis e fases de cobrança, incluindo:





- a) Demonstrar a regulação, história e o cenário nacional das Instituições Financeiras no país;
- b) Apresentar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF);
- c) Demonstrar o modelo conceitual de obrigação acessória DES-IF;
- d) Apontar as inconsistências mais comuns encontradas nos serviços tomados pelas Instituições Financeiras;
- e) Demonstrar os indícios mais comuns de sonegação nos serviços prestados pelas Instituições Financeiras;
- f) Apresentar as estratégias que visam maximizar a recuperação dos créditos tributários apurados.

**1.2.3. Assessoria e Consultoria completa na Recuperação administrativa dos créditos:**

- a) Na cobrança e recuperação administrativa do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) apurado;
- b) Na elaboração de recursos fiscais de primeira e segunda instância administrativas (em caso de recurso da Instituição Financeira autuada);
- c) Na elaboração dos Termos de Inscrição em Dívida Ativa (TIDA) e emissão de Certidão de Dívida Ativa (CDA).

**1.2.4. Assessoria tributária na apuração do valor adicionado fiscal (VAF).**

É um indicador econômico contábil utilizado pelo Estado para calcular o índice de participação municipal no repasse de receita do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) aos municípios mineiros. É apurado pela Secretaria de Estado de Fazenda, com base em declarações anuais apresentadas pelas empresas estabelecidas nos respectivos municípios, transmitidas via sistema através de seus contabilistas.

**1.2.5. VAF- Empresas jurídicas:**

- a) Conferencia dos arquivos de contribuintes ativos.





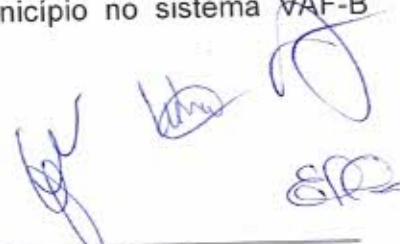
- b) Conferencia dos arquivos de retorno de declarações DAMEF-VAF-A, transmitidas pelos contabilistas.
- c) Análise da DAMEF-VAF-A através dos livros contábeis do contribuinte.
- d) Identificação de possíveis irregularidades, mantendo contato com os contabilistas via e-mail, telefone, presencial, etc.
- e) Cobrança dos contribuintes omissos de declaração DAMEF-VAF-A.
- f) Verificação dos indícios de irregularidades emitidos pela SEF-MG, junto aos contabilistas das empresas notificadas.
- g) Conferencia do crédito externo (empresas sediadas em outro município que credita ao município sede), são empresas que iniciaram serviços de incidência do ICMS no município sede e que compraram mercadorias de produtores rurais onde deve declarar nas outras entradas da DAMEF-VAF-A.
- h) Conferencia dos índices provisórios publicados pela SEF-MG, havendo diferenças solicitar a inclusão dos valores correspondentes.
- i) Apresentação de relatórios trimestral das atividades desenvolvidas pela empresa a ser contratada.

1.2.6. Apuração do movimento econômico dos produtos hortifrutigranjeiros comercializados nas feiras livres, ceasas:

- a) Apuração e levantamento das notas fiscais dos produtores rurais que comercializam produtos hortifrutigranjeiros nas unidades da(s) Ceasa(s) e Feira(s) Livre(s) do Estado;
- b) Visando os créditos para os municípios onde os produtores rurais estão inscritos no cadastro de contribuintes da secretaria da fazenda.

1.2.7. Assessoria tributária na apuração do VAF – B, incluindo:

- a) Acompanhamento criterioso e análises das notas fiscais de Produtores rurais emitidas via SIARE (arquivos gerados pela Secretaria de Estado de Fazenda).
- b) Levantamento dos maiores produtores rurais do município no sistema VAF-B (SOFTWARE ESPECIFICO).
- c) Gestão de notas fiscais dos produtores rurais.





d) Registro e Manutenção das seguintes informações referentes ao VAF-B: cadastro de produtores rurais e suas respectivas notas fiscais emitidas para a apuração do movimento econômico fiscal (VAF-B), mantendo o registro dos seguintes dados: nome do produtor rural remetente, nome destinatário da nota fiscal, número da nota fiscal, data de emissão da nota fiscal, valor total da nota fiscal, produto comercializado, quantidade do produto comercializado, valor unitário do produto, espécie, inscrição do produtor rural remetente, inscrição do produtor rural destinatário.

e) Manutenção e Emissão de relatórios.

1.2.8. Apuração dos índices da lei 18.030/2009 – Lei Robin Hood:

a) Identificação dos critérios que o Município está pontuando para diagnóstico de possibilidades de melhorias nos critérios, com vistas a permitir o aumento da receita em conformidade com os Critérios da lei 18.030/2009.

1.2.9. Assessoria tributária para identificação e acompanhamento da base de cálculo dos planos de saúde.

- a) Acompanhamento mensal com vistas a fiscalizar a base de cálculo utilizada para o pagamento referente ao ISSQN sobre cooperativas, planos de saúde e clínicas.
- b) Identificar a base de cálculo dos valores a serem recolhidos pelos serviços prestados pelas cooperativas de saúde, nos últimos 5 (cinco) exercícios financeiros.
- c) Apoio na requisição dos documentos necessários ao levantamento da receita tributável devida pelos serviços prestados pelas cooperativas de saúde;
- d) Análise da documentação contábil/financeira dos contribuintes prestadores de serviços da área de saúde, tais como: balanço patrimonial, DRE, livros fiscais, etc.
- e) Assessoria no levantamento e cálculo do imposto devido, lavratura do auto de infração respectivo e impugnação de eventuais defesas administrativas e judiciais;
- f) Assessoria na inscrição dos créditos tributários constituídos na dívida ativa do Município e apoio na emissão da certidão de dívida ativa respectiva.

1.2.10. Assessoria tributária para cobrança administrativa da dívida ativa do município.



A dívida ativa é de cobrança obrigatória pela Administração Pública sob pena de renúncia de receita a ser penalizada não somente pelo Tribunal de Contas do Estado como também pelo próprio Judiciário, seja por ação do Ministério Público ou Ação Popular, com penas rígidas ao administrador. Ademais, os processos ajuizados tem criado diversos problemas para os tribunais tanto pela questão de espaço físico quanto pela inutilidade da cobrança uma vez que muitos municípios pelos valores das multas e inflexibilidade do pagamento não tem condições de arcar com tais valores.

No caso em tela se faz necessário criar mecanismos para que a população possa comparecer ao ente público municipal e assim sanar as pendências financeiras que tem com o Município de maneira mais simples, rápida e com menores custos possíveis para a Administração. A realização de um programa de refinanciamento de dívidas ativas (REFIS) de modo tradicional, apenas no balcão da prefeitura não alcança toda a população e pode criar filas, confusões, tumultos no âmbito do espaço administrativo, razão pela qual a ferramenta web pode vir a facilitar ao contribuinte que faça a sua negociação diretamente na sua casa ou em seu celular, bastando para tanto um aparelho que tenha acesso a internet. Assim, entende a Administração Municipal que seria mais uma importante ferramenta para a administração a custo muito baixo.

1.2.11. Auditoria das empresas optantes pelo simples nacional, relativo à parte do ISSQN, com utilização de software.

- a) Assessoramento para levantamento, identificação, fiscalização e recuperação de créditos tributários pretéritos, referente ao ISSQN - imposto incidente sobre os serviços, dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, juntamente com o fornecimento de técnicas e metodologias especializadas para coordenação e efetivação continuada dos serviços, incluindo:
- b) Capacitação dos servidores públicos quanto às metodologias: conhecimento teórico e prático dos procedimentos aplicados;
- c) Realização de due dilligence tributário promovendo o levantamento do valor do ISSQN sonogado ou pago a menor, de modo massivo e sistêmico, com entrega de relatório comprovando a certeza e liquidez do crédito tributário;
- d) Assessoria na elaboração do Auto de Infração e intimação para o pagamento do crédito tributário, bem como o cumprimento dos prazos e/ou eventual aplicação de penalidades previstas na legislação municipal;



- e) Assessoria na elaboração de pareceres de defesa e/ou julgamentos de primeiro e segundo grau na esfera administrativa ou judicial contra as autuações fiscais decorrentes das operações de que se trata esta proposta;
- f) Assessoria na cobrança dos créditos tributários decorrentes de autuações fiscais objeto da proposta;
- g) Assessoria no encerramento dos processos administrativos.
- h) Utilização de software, 100% WEB, todo focado na gestão do Simples, permitindo a identificação, separação e auditoria completa do Simples Nacional

1.2.12. Recuperação de créditos junto às operadoras de telefonia móvel relativo aos últimos 05 anos, sendo eles imposto sobre serviços de qualquer natureza, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e taxas de fiscalização ambiental e de funcionamento.

- a) Assessoria Tributária para aumento da arrecadação municipal, junto às operadoras de telefonia móvel, incluindo:
- b) Cadastramento e/ou recadastramento de todas as estações de rádio base e de todas as barragens para produção de energia elétrica existentes no território do Município, com fornecimento de apoio técnico-científico à Fiscalização por intermédio de profissional habilitado (engenheiro ambiental e engenheiro civil), visando à verificação do cumprimento das normas de posturas e ambientais do Município e normas da ANATEL;
- c) Fornecimento de consultoria técnico-legislativa e em devido processo administrativo tributário, com elaboração de minutas de projetos de leis complementares, de decretos e de outras naturezas de regulamentos, de natureza tributária; apoio à Administração Tributária Municipal para tornar mais eficiente a atuação da fiscalização quanto à recuperação e aumento da arrecadação da Taxa de Licença Ambiental e da Taxa de Localização e Funcionamento devidas pelos contribuintes;
- d) Recuperação de taxas e demais tributos (inclusive Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) para instalação e/ou regularização sobre as edificações de estruturas metálicas e outros engenhos utilizados para serviços de telefonia celular móvel e de telefonia fixa;





- e) Prestar serviços de consultoria na identificação, localização e cadastramento ou recadastramento de todos os contribuintes do município e fornecer serviços de inteligência fiscal e de consultoria em direito tributário, no que se refere ao cadastramento e/ou recadastramento de todos os contribuintes no tocante as TAXAS DE FISCALIZACAO.
- f) Estabelecer a perfeita localização geográfica - incluindo as coordenadas cartográficas - de todos os estabelecimentos;
- g) Apurar qual(is) é(são) a(s) real(is) atividade(s) econômica(s) exercida pelo contribuinte, e bem assim quais são as eventuais atividades econômicas acessórias;
- h) Identificar eventuais exercícios de atividades econômicas em período noturno, finais de semana e feriados;
- i) Fornecer critérios objetivos para que a Administração Tributária do Município possa apurar o custo a ser despendido pelo Fisco Municipal para o exercício do poder de polícia, nos planos do uso e ocupação do solo, das posturas municipais e para o correto licenciamento ambiental de todos os contribuintes;
- j) Arregimentar, coordenar e superintender os trabalhos de profissionais das áreas de engenharia ambiental, engenharia de telecomunicações, engenharia de fundações, engenharia de estruturas metálicas e de engenharia aeroespacial, necessários para a identificação do justo valor da Taxa de Localização e Funcionamento e da Taxa de Ambiental;
- k) Elaborar minutas de Projeto de Lei Complementar e de Mensagem ao Poder Legislativo para fins de alteração do marco regulatório municipal para fins de fixação do justo valor da Taxa de Localização e Funcionamento e da Taxa de Licença Ambiental.
- l) Sugerir as alterações necessárias ao cadastro fiscal, com vistas a enquadrar/reenquadrar os contribuintes e estabelecimentos nas categorias econômicas pertinentes;
- m) Identificar os exercícios de atividades econômicas no território do Município sem a correspondente inscrição no cadastro fiscal da Municipalidade, e sugerir a imposição dos correspondentes autos de infração;
- n) Consultar a exata observância da legislação municipal pelo programa ou sistema informatizado, principalmente sob a dimensão dos encargos e penalidades



decorrentes da mora, da omissão de receitas, da sonegação fiscal ou da inobservância de qualquer obrigação principal ou acessória que se relacionem com a competência municipal acerca do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, da Taxa de Localização e Funcionamento e da Taxa de Fiscalização Ambiental.

1.2.13. Auditoria do ISSQN com base na apuração da base de cálculo das operações dos cartões de crédito/debito e leasing:

- a) Apurar a base de cálculo das operações dos cartões de crédito/debito, notificando as bandeiras, as instituições bancárias e afins para que possam recolher os tributos no local da operação, utilizando ferramentas tecnológicas, em conformidade com a legislação vigente.
- b) Proceder um trabalho completo de Gestão do ISSQN com o cruzamento de informações referentes aos valores recebidos em função das operações de cartão de crédito e débito com cruzamento de dados com a base de Notas Fiscais Eletrônica do Município, identificando o que as empresas receberam efetivamente no cartão e o que foi emitido de NFe. O próprio sistema vai notificar os contribuintes e proceder as cobranças.
- c) Esta operação vai permitir auditar os últimos 05 anos, visto que com os valores recebidos das operadoras de cartão e com os valores da Notas Fiscais recebidas, serão auditadas as empresas prestadoras de serviços no município nos últimos 60 meses.

1.2.14. Levantamento e apuração da base de cálculo do ITR (imposto sobre propriedade territorial rural):

- a) Fazer o acompanhamento e a atualização anual, referente a base de cálculo do Imposto Territorial Rural, de acordo com a Lei 9.393 de 19 de dezembro de 1996 que dispõe sobre o Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre o pagamento da dívida representada por títulos da dívida agrária e da outras providências.

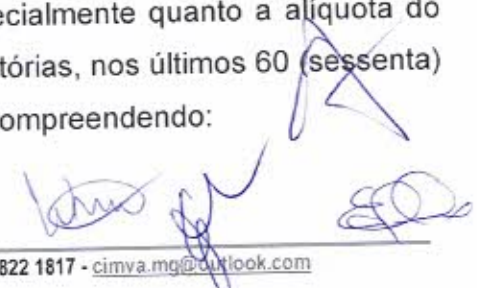
1.2.15. Recuperação da CFEM – contribuição financeira sobre a exploração mineral e royalties:



- a) Serviço de assessoria tributária com vistas à análise, levantamento, apuração e apresentação de relatórios de créditos devidos aos municípios, referentes à atividade de exploração mineral na extensão territorial do Município.
- b) Esse serviço compreenderá:
- c) Assessoria direta no Planejamento, acompanhamento e execução dos valores devidos aos cofres municipais.
- d) Apresentar informações detalhadas dos recolhimentos realizados pelas empresas estabelecidas nos municípios, com vistas a verificar o correto recolhimento da CFEM no período decadencial;
- e) Emitir relatórios das series históricas de recolhimento da CFEM, por mineradora/Contribuinte;
- f) Apresentar gráficos e relatórios comparativos dos maiores recolhimentos por Contribuinte e substância;
- g) Deverá informar Contribuintes ativos sem recolhimento da contribuição.

1.2.16. Revisão, compensação e restituição de valores pagos indevidamente à receita federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias, especialmente, verbas indenizatórias, incluindo a retificação das GFIP/SEFIP e a suspensão dos pagamentos indevidos, conforme Lei 13.485/2017 e Portaria 754/2018 da Receita Federal do Brasil.

O serviço tem por finalidade de adequação e recuperação tributária especificamente a contribuição de Risco Ambiental no Trabalho – RAT e verbas indenizatórias. Tem por base, laudos e pareceres técnicos de segurança do trabalho, emissão de planilhas, organograma mensal para comprovação de atividade econômica preponderante nos últimos 05 (cinco) anos, retificação e reenvio dos documentos exigidos nos termos da IN/RFB 971/2009, artigo 72, §1º, incisos I e II, alínea “c”, Lei Federal nº 8212/91, artigo 22, incisos I e II e SEFIP – Sistema Empresa de Recolhimento de FGTS e Informação a Previdência Social para habilitar o Município junto à Receita Federal do Brasil a requerer a revisão de grau de risco, reenquadramento pela preponderância, compensação dos pagamentos efetuados indevidamente ou a maior, especialmente quanto a alíquota do RAT – Riscos Ambientais no Trabalho e verbas indenizatórias, nos últimos 60 (sessenta) meses. O trabalho a ser efetuado administrativamente, compreendendo:





- a) Relatório contendo o plano de normas e procedimentos que serão observadas pelos funcionários da licitante vencedora e da Prefeitura para a execução dos serviços licitados neste edital.
- b) Relatórios de acompanhamento do trabalho, indicando as atividades realizadas os entraves identificados, e os respectivos encaminhamentos.
- c) Emissão de laudo de preponderância, dos exercícios envolvidos na compensação, assinado por engenheiro do Trabalho;
- d) Levantamento e análise das operações, rotinas e controles que envolvem as contribuições previdenciárias.
- e) Análise das declarações ao Fisco (GFIP/SEFIP) e verificação de sua conformidade.
- f) Elaboração de planilhas demonstrativas e cálculos dos valores encontrados, eventualmente recolhidos a menos ou a mais do que o efetivamente devido, destacando os eventualmente recuperáveis, informando-se, de forma detalhada, todos os critérios utilizados, inclusive para a atualização monetária.
- g) Assessoramento, preparação e execução dos processos administrativos necessários à eventual recuperação dos créditos apurados, em conjunto com o pessoal das secretarias envolvidas, inclusive preparação de eventuais retificações das declarações prestadas nos últimos 60 (sessenta) meses (GFIP/SEFIP).
- h) Encaminhamento de relatório mensal contendo todos os levantamentos realizados, período de compensação, parecer jurídico e indicadores de correção utilizados.
- i) Retificação das GFIP/SEFIP dos últimos 05 (cinco) anos, visando gerar o crédito a ser compensado.
- j) Relatório Final Consolidado contando, o resumo das ações desempenhadas e suas consequências, inclusive as financeiras; e o detalhamento da situação perante a compensação que fizeram parte do objeto desta licitação.

## 2 - DA JUSTIFICATIVA

A realização de processo de licitação para o registro de preços deste objeto se justifica face ao interesse público presente na necessidade da instalação de diversos ambientes itinerantes / temporários, pertinentes as áreas de educação, cultura, saúde, obras e demais departamentos Municipais e de órgãos interessados, a serem instalados em conformidade com a urgência e demanda dos Municípios.



A utilização do Sistema de Registro de Preços - SRP - deve-se pela pluralidade de bens e materiais a serem contratados, cuja necessidade de aquisição será avaliada conforme o caso concreto, observados os critérios de oportunidade e conveniência da Administração Pública.

É fato que os Consórcios contribuem, cada vez mais, para o aprimoramento das ações municipais relacionadas à gestão pública municipal, com otimização de recursos e ganho de escala e escopo.

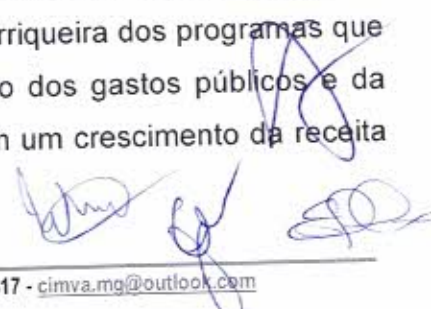
O consórcio possui uma grande malha de municípios associados e, enquanto órgão público tem como objetivo primordial atenuar aos problemas sociais relacionados aos seus associados e se revela um instrumento de gestão pública, especialmente, permitindo a implementação, desenvolvimento e consolidação de ações e serviços regionalizados.

Nesse sentido, o consórcio é uma importante ferramenta de planejamento e execução, sua maior finalidade é a superação das dificuldades operacionais da sazonalidade das demandas que lhe são apresentadas pelos entes consorciados.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2.000, estabeleceu-se procedimentos e regras bastante claros para a condução e gestão da disciplina fiscal para todos os níveis da administração pública direta, composta pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e ainda administração pública indireta. Penalidades administrativas previstas em legislação específica, para o caso de descumprimento de suas determinações, passaram a ser aplicadas sob várias formas, dentre elas: interrupção de transferências voluntárias pelo Governo Federal, impedimento de contratação de operações de crédito e de obtenção de garantias da União.

A Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, denominada Lei de Crimes Fiscais (LCF), por outro lado, previu sanções penais exclusivas e pessoais ao administrador público que não observar e cumprir as regras estabelecidas da LRF. Assim, a responsabilidade na gestão fiscal disciplinada por esta lei compreende desde a elaboração das leis orçamentárias até a publicação de todos os relatórios exigidos, passando pela observação dos limites para contratação de pessoal e endividamento.

De forma abrangente, constata-se que a execução corriqueira dos programas que visam o saneamento das finanças por meio da qualificação dos gastos públicos e da alavancagem das fontes correntes de recursos, resultam em um crescimento da receita





liquida em níveis inferiores ao crescimento da demanda por investimentos no montante reclamados pela população.

Mesmo atingindo parcialmente os objetivos econômicos financeiros há que se considerar o efeito colateral dessas ações que acabam por tanger os agentes públicos na direção da formulação e implantação de mecanismos que aproximam os procedimentos internos da eficiência almejada para a gestão. Em paralelo o Estado deve explorar com maior eficiência algumas fontes consideradas, muitas vezes, de segunda linha, contudo, representam firmes oportunidades de reforçar sua capacidade de investimento por meio do aporte de recursos novos ou redução do endividamento.

É notório que um dos grandes problemas em relação à gestão das contas públicas e dos Gestores Públicos é o desequilíbrio entre Receitas e Despesas Correntes, gerando assim uma insuficiência de arrecadação e um baixo fluxo de verbas, no que tange as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento, a sustentabilidade e ao equilíbrio fiscal.

A busca destes novos recursos é relegada ao segundo plano das atividades, devido ao seu elevado grau de complexidade e incerteza aliadas à necessidade expressiva mão de obra especializada, muitas vezes indisponível nos quadros funcionais dos Municípios.

Neste sentido, a vantagem para a Municipalidade advinda da cooperação técnica, ação de Empresa Privada, com conhecimento técnico e especializado na área previdenciária, tributária, pública e fiscal conduz a frutos imateriais, conhecimento adquirido nos procedimentos e processos, e materiais com dispêndios financeiros a título de remuneração pelos serviços prestados na medida proporcional, acertada em contrato, aos valores auferidos como fruto da realização do objeto contratual e quando percebido no erário público a efetiva entrada ou a redução da saída de recursos financeiros, buscando assim, o enfrentamento à escassez de recursos que impede a realização de diversas políticas públicas essenciais ao desenvolvimento dos Municípios, focado na construção da relação equilibrada entre os elementos de receita e despesa que compõe a matriz fiscal, além de promover a eventual recuperação de créditos em que o ente tenha direito.

Assim, considerando as reais possibilidades de redução do passivo faz-se necessário uma ampla e irrestrita revisão e auditoria de todo o passivo tributário e previdenciário, com vistas a obtenção da redução dos valores imputados por ação fiscal em períodos pretéritos.



A execução de um trabalho amplo e organizado potencializa as possibilidades de resultados financeiros, e o mais vantajoso, sem sobrecarregar em diligências específicas, minimizando os custos e maximizando os resultados. Nesse sentido é fundamental a contratação de serviços de consultoria técnica especializada, não havendo necessidade de criação de uma estrutura orgânica e própria para realização de um trabalho de reivindicação pontual, para o atendimento de um estoque represado, sendo que a solicitação corrente (dia a dia) do ente não possui pessoal e estrutura necessária para o atendimento.

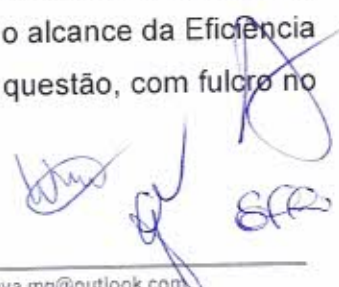
Ademais, o atendimento dessa exigência pontual geraria custos desnecessários à estrutura governamental. Além disso, o tempo necessário para capacitação, implantação, ajustes, correção de procedimentos e até a efetiva recuperação tornaria onerosa a operação e exporia a administração o risco de um eventual fracasso, vez que se trata de serviço complexo em que o Ente não possui em seu quadro, funcionários em quantidade e com experiências e qualificações para o desempenho nos serviços ora em questão.

Todas essas atividades instam mencionar, exigem a composição de equipe técnica especializada e referenciada nas atividades de auditoria, planejamento e organização, assim como de cobrança ou recuperação dos valores devidos.

Neste sentido, não dispondo de uma estrutura administrativa específica e direcionada, faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada, com experiência no ramo para realização desse trabalho. Deve-se ter em conta que, o objeto que se pretende contratar é de natureza sazonal, tendo em vista que após realizado, a demanda prevista neste termo de Referência cessará.

Nesse importe, deve-se dar relevo também à escolha da modalidade licitatória, qual seja, pregão presencial para registro de preços, tendo em vista a viabilidade e economicidade manifestas.

A adoção do Sistema de Registro de Preços no processo de aquisição de bens e serviços pela Administração Pública justifica-se pelas inúmeras vantagens trazidas por tal instituto. O atendimento à imprevisibilidade das demandas; a agilidade nas aquisições; a transparência e a possibilidade de maior participação de pequenas e médias empresas, são algumas destas vantagens que, certamente, contribuem para o alcance da Eficiência Administrativa, sendo então a melhor opção para a aquisição em questão, com fulcro no artigo 3º, do Decreto nº 7.892/2013.





Ainda, importante ressaltar, que atendendo a interesse de mais de um município e podendo alcançar a todos os entes consorciados, o registro de preços se apresenta como uma forma otimizada de realização da contratação pretendida e o registro de preço permite a coparticipação, assim como a futura adesão daqueles que almejam a contratação do objeto pretendido.

Assim, com base na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93, foi elaborado esse documento, constituindo parte integrante e inseparável do procedimento licitatório, viabilizando a realização de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na realização de auditorias operacionais com o objetivo de reduzir o endividamento e recuperar créditos identificados em favor dos municípios consorciados ao consorcio, prestando apoio nos procedimentos, apresentando sugestões de minutas de peticionamentos necessários, bem como prestar apoio no acompanhamento da tramitação, conforme especificações constantes neste termo de referência.

### **3 – DA QUALIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA**

3.1 – As licitantes deverão apresentar, na habilitação, prova das seguintes qualificações técnicas:

- a) Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, cujas características sejam semelhantes aos serviços, objeto deste edital, incluindo todos os serviços, inclusive a recuperação de créditos decorrente da TFL – taxa de fiscalização e localização das estações rádio base, haja vista a peculiaridade deste trabalho.
- b) Demonstrar que a licitante possui equipe técnica, nos termos do art. 30 da Lei 8.666/93, composta por:
  - b.1) 01 (um) contador regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade;
  - b.2) 01 advogado regularmente inscrito na Ordem dos advogados do Brasil;
  - b.3) 01 engenheiro civil, 01 engenheiro ambiental e 01 geógrafo, todos esses essenciais à execução da auditoria das Operadoras de Telefonia Móvel (recuperação das taxas TFL/TFLA, ISSQN e IPTU).
- c) O vínculo da equipe deverá ser comprovado mediante apresentação de um dos



documentos abaixo:

- c.1) cópia da CTPS (Carteira Profissional) acompanhada da Ficha de Registro de Empregados;
- c.2.) cópia do Contrato Social, se for membro do quadro societário;
- c.3) cópia do contrato de prestação de serviços dentro da validade e com firma reconhecida das partes.

d) A comprovação da regularidade junto ao Órgão de Classe do Profissional vinculado à licitante (CRC, OAB e CREA) deverá ser feita mediante apresentação da Certidão de Regularidade emitida por estes órgãos, dentro da validade.

**As exigências desse item estão amparadas no art. 30, II da Lei 8.666/93, que trata da capacidade técnica profissional.**

<b>4 – DETALHAMENTO DOS SISTEMAS EXIGIDOS E EXECUÇÃO DOS TRABALHOS:</b>
---

4.1. Apresentar declaração de que dispõe de todas as ferramentas tecnológicas com as especificações abaixo.

4.2. Durante toda a execução dos serviços, objetivando a celeridade na recuperação dos créditos e a segurança jurídica dos valores sonogados eventualmente apurados, a empresa licitante deverá possuir ferramentas tecnológicas para auxiliar na execução dos serviços de recuperação do ISSQN das Instituições Financeiras, das empresas do Simples Nacional, para auditoria do VAF, para auditoria do ISSQN dos cartões de crédito e débito e para a Recuperação previdenciária, a saber:

4.2.1. Sistema de assessoria tributária de coleta e processamento dos arquivos relativos às operações do Simples Nacional.

O sistema deverá efetuar o cruzamento do que realmente foi pago e o que deixou de ser recolhido, disponibilizando relatórios indicativos de evasão ou sonegação fiscal apresentando, no mínimo, 05 (cinco) relatórios que devem ser nos formatos .XLS., .PDF, .TXT, .CSV, .DOC) que indiquem:

- a) divergência entre as declarações prestadas na Receita Federal do Brasil e o faturamento real;



- b) contribuintes que apresentaram declarações sem movimento;
- c) contribuintes que ultrapassaram o limite de faturamento permitido na LC nº 123/2006, inclusive de MEI;
- d) contribuintes com ausência de pagamento;
- e) declarações prestadas como imunidade, isenção ou locação.

**4.2.2. Sistema de assessoria tributária, totalmente Web, de coleta e processamento - DESIF, padrão ABRASF, para apuração do ISSQN dos bancos, conforme especificação abaixo:**

A ferramenta deve ser capaz de identificar as receitas tributáveis, os valores já constituídos e recolhidos e apresentar relatórios com as diferenças, partindo de declarações modelo PROBAN e a fim de respaldar as notificações e a constituição do crédito tributário.

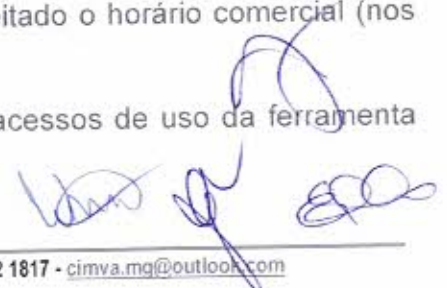
- a) Para cada conta do Plano Geral de Contas Comentado – PGCC, devem ser fornecidas, no mínimo, as seguintes funcionalidades (por semestre):
- b) Marcação de contas dos balancetes analíticos mensais no PGCC;
- c) Marcação do registro de apuração mensal do ISS no PGCC;
- d) Marcação/desmarcação de contas a serem pesquisadas pelo fiscal no PGCC;
- e) Marcação do código de tributação do município;
- f) Busca inteligente por nome da conta;
- g) Busca inteligente por código de tributação do município;
- h) Busca inteligente por raiz de CNPJ, razão social, nome fantasia, e por inscrição;
- i) Visualização dos relatórios em tela, além de impressão e exportação para PDF e XLS, por saldo simples e por saldo acumulado.
- j) Consolidação dos relatórios de auditoria;
- k) Atualização pela competência anterior;
- l) Relatório de divergências (indicando contas não existentes no plano de contas anterior).
- m) Para cada conta dos Balancetes Analíticos Mensais – BAM, devem ser fornecidas, no mínimo, as seguintes funcionalidades (por semestre):
- n) Consulta em tela dos balancetes analíticos mensais, por inscrição municipal e por raiz de CNPJ;



- o) Consolidação dos balancetes analíticos mensais das diversas inscrições municipais na inscrição municipal centralizadora, por saldo simples e por saldo acumulado;
- p) Para cada conta do registro de Apuração Mensal do ISS, devem ser fornecidas, no mínimo, as seguintes funcionalidades (por semestre):
- q) Consulta em tela do registro de apuração mensal do ISS, por inscrição municipal centralizadora e por CNPJ;
- r) Consulta em tela do total por mês dos valores declarados tributáveis;
- s) Consolidação e visualização em tela do registro de apuração mensal do ISS das diversas inscrições municipais na inscrição municipal centralizadora, por saldo simples e por saldo acumulado;
- t) Visualização dos relatórios em tela, além de impressão e exportação para PDF e XLS, por saldo simples e por saldo acumulado.
- u) Consulta em tela das ocorrências;
- v) Atualização das ocorrências;
- w) Relatório de ocorrências.
- x) A ferramenta deve disponibilizar, dentre outros, os seguintes relatórios, com visualização em tela e opção de impressão e exportação para PDF e XLS:
- y) Relatórios Financeiros – BAM e Apuração Saldo Simples;
- z) Relatórios Financeiros – BAM e Apuração Saldo Simples por Alíquota;
- aa) Os relatórios devem proporcionar o cruzamento das informações – por mês e consolidado por semestre – constantes concomitantemente nos balancetes e nos registros de apuração do ISS, apontando possíveis divergências entre tais informações.
- bb) Relatórios Financeiros – Quadro demonstrativo integrante, o qual deve apontar as divergências entre o declarado pelo contribuinte e o enquadramento fiscal.
- cc) A ferramenta deve efetuar o cruzamento de forma automática (mediante leitura de informações do SINAIE – Sistema de Cadastro e Cobrança do ISS – e do Sistema da Nota Carioca) das receitas marcadas como tributáveis com os pagamentos informados na declaração, pagamentos efetuados mediante notificação, créditos constituídos em auto de infração ou parcelamento e valores de notas emitidas no sistema da Nota Carioca. O objetivo principal é



- evitar que valores já pagos, notificados ou constituídos (mediante parcelamento ou auto de infração) sejam cobrados novamente.
- dd) A ferramenta deve prever a entrada manual de dados a partir de interface de tela e também a partir da leitura de arquivos do modelo PROBAN (Anexo I) além de arquivos outros que permitam a entrada dos pagamentos efetuados.
- ee) É vedado à empresa CONTRATADA exigir a apresentação de novas declarações ou a instalação de qualquer aplicativo ou sistema nas instituições financeiras do MRJ, com ou sem custo, para que o sistema funcione.
- ff) A CONTRATADA deve realizar treinamento na utilização da ferramenta para 6 (seis) servidores, consistindo de parte teórica com duração de 6 (seis) horas e acompanhamento no local de trabalho durante 4 (quatro) dias;
- gg) Todos os treinamentos devem ser realizados nas dependências da CONTRATANTE ou por meio de ensino à distância;
- hh) Eventualmente, a CONTRATANTE poderá solicitar a presença física para a prestação de algum suporte. O mesmo deverá ser previamente agendado com a CONTRATADA com 1 (um) dia de antecedência.
- ii) A CONTRATADA deve gerenciar a infraestrutura de hardware — como os servidores, plataforma e a aplicação e garantir a disponibilidade do software e dos dados da CONTRATANTE;
- jj) Aspectos técnicos como conectividade, cuidados com segurança da informação, manutenção, equipes de TI, suporte e atualização da versão, backup das informações são de responsabilidade da CONTRATADA;
- kk) Em caso de problemas (dúvidas ou erros apresentados) durante o uso da ferramenta ou indisponibilidade do serviço, a CONTRATADA deve disponibilizar equipe de suporte especializado no uso da ferramenta conforme acordo de nível de serviço (ANS);
- ll) A CONTRATADA deverá oferecer suporte telefônico (discagem gratuita) objetivando o esclarecimento de dúvidas. Este acesso deverá ser ilimitado, ou seja, não deverá existir qualquer tipo de restrição quantitativa ou de horário ao contato por parte do usuário, desde que respeitado o horário comercial (nos dias úteis de 09:00 as 18:00h).
- mm) Devem ser fornecidos, no mínimo, 6 (seis) acessos de uso da ferramenta durante todo o período do contrato;





- nn) A ferramenta não deve exigir qualquer instalação local, uma vez que o software é utilizado como um serviço;
- oo) A ferramenta deve ficar hospedada na nuvem;
- pp) A CONTRATADA deve garantir a integridade e privacidade dos dados, principalmente por meio da criptografia;
- qq) A ferramenta deve ser acessada de qualquer lugar desde que o computador esteja conectado à internet;
- rr) A ferramenta deve permitir acesso simultâneo de usuários;
- ss) A ferramenta deve permitir a possibilidade de níveis diferentes de acesso;
- tt) A ferramenta deve ser acessível pela internet com utilização de senha personalizada ou certificado digital;
- uu) As informações deverão ser armazenadas em banco de dados do tipo relacional;
- vv) O banco de dados deverá conter mecanismos de segurança e proteção que impeçam a perda de transações já efetivadas pelo usuário e permita a recuperação de dados na ocorrência de eventuais falhas, devendo esse processo ser totalmente automático e seguro;
- ww) Os módulos de interfaces para os usuários envolvidos devem ser compatíveis com os principais navegadores de internet do mercado como Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer;
- xx) A ferramenta deve rodar em ambiente seguro utilizando protocolo HTTPS, garantindo a comunicação criptografada;
- yy) A ferramenta deve utilizar mecanismos para impedir que softwares automatizados executem ações que degradem o serviço;
- zz) A ferramenta deve permitir Interface para inclusão manual e para upload de informações a partir de layouts definidos no Anexo I, além das informações dos pagamentos (layout que deve ser fornecido pela CONTRATADA com a devida antecedência, permitindo a extração das informações pela equipe de TI da PCRJ);
- aaa) Em cumprimento à Lei do Marco Civil da Internet, o servidor utilizado deve estar fisicamente alocado em local que permite a submissão às leis brasileiras e os registros devem ser armazenados por, pelo menos, um ano, caso a justiça brasileira solicite as informações;



- bbb) A interface deve ser de simples utilização, permitindo a elaboração rápida de novos relatórios com base nas informações das declarações modelo PROBAN;
- ccc) Mesmo após o término do contrato, TODOS os dados devem continuar acessíveis para consulta;
- ddd) O formato de entrega dos dados será definido pela CONTRATANTE, podendo ser através de fornecimento de arquivos em formato CSV ou geração de DUMP para restauração de backup;
- eee) Os dados deverão ser entregues com a respectiva documentação (modelo e dicionários de dados);
- fff) A ferramenta também deve gerar um arquivo imagem por fiscalização (Instituição/Competência) com o resultado completo, permitindo uma rápida consulta através de chave única. O requisito pode ser dispensado à critério da CONTRATANTE.

**5 – DISPONIBILIZAR SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA APURAÇÃO PREVIDENCIÁRIA, INCLUINDO O RAT (RISCO DE ACIDENTE DE TRABALHO) E AS VERBAS INDENIZATÓRIAS:**

- a. O sistema deverá funcionar em Data Center, como um serviço (SaaS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos), e ser acessível através de protocolo seguro (https).
- b) O software especificado deverá ser totalmente responsivo (característica que permite ao software se adaptar ao tamanho da tela do dispositivo em que está sendo executado, sem a necessidade de ter que ampliar a tela através de zoom), permitindo a sua execução diretamente a partir dos principais browsers do mercado bem como em qualquer dispositivo eletrônico como Smartphones e Tablets, além de ser capaz de enviar mensagens via SMS.
- c) Deverá possuir mecanismo de geocodificação, para obtenção de coordenadas geográficas de dados que apresentem endereços, de forma



a permitir a plotagem (na forma de vetor PONTO), sobre qualquer camada base mapeável, como GoogleMaps.

- d) A apresentação de resultados do sistema deverá ser baseada tanto no próprio software como em software de BI (Business Intelligence) integrado ao mesmo.
- e) Deverá ser capaz de acessar a base de dados SEFIP do Governo (instalado no mesmo local do sistema de Verbas Indenizatórias) de forma que permita a atualização dos valores base de INSS apurados e revisados pelo sistema de Verbas Indenizatórias automaticamente.

**5.1.1. A ferramenta deverá ser capaz de proporcionar a apuração e a revisão dos créditos previdenciários, a partir de fontes de dados eletrônicos de documentos especificados a seguir:**

- a) Arquivos de folha de pagamento analíticas (contendo nome, matrícula, eventos e bases de cálculo) disponibilizados pela administração pública, no formato TXT (preferencialmente) ou PDF;
- b) O sistema deverá criar e manter banco de dados relacional para armazenamento dos dados provenientes dos arquivos supra citados;

**5.1.2. A ferramenta de administração do sistema deverá permitir configurar normas de segurança da aplicação, definir os usuários e grupos de usuários autorizados e permissões de acesso de cada um ou do grupo, de tal modo a:**

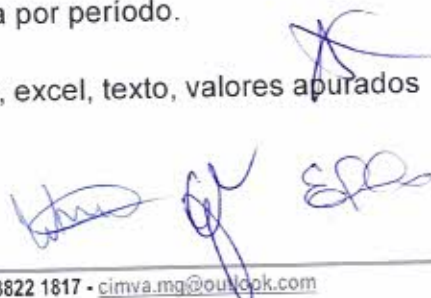
- a) Possibilitar a configuração de um ou mais usuários ou grupos de usuários com perfil de privilégio máximo de acesso para o Município, com capacidade de atribuição de perfis de acesso aos demais usuários;
- b) Possibilitar o acesso de informações de monitoramento de utilização do sistema por usuário e logs de uso do sistema;
- c) Possibilitar a configuração da apresentação visual da tela do produto, com escolha de cores, logotipos, imagem (foto) do usuário, posição do menu (vertical ou horizontal), configuração de opções favoritas e notificações entre usuários, seja on-line ou via SMS;



- d) Deverá registrar trilhas de auditoria de acesso às funções do sistema, controlando perfis de usuários e acesso às funções dos aplicativos, com capacidade de emissão de relatório sobre tais registros, identificando o acesso por usuário, período de utilização e dados acessados.

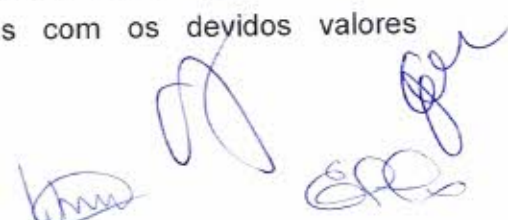
### 5.1.3. Rat Previdenciário/ Verba Indenizatória

- a) Possibilitar registrar percentuais de RAT e FAP de forma mensal.
- b) Possibilitar registrar taxa SELIC de um determinado período.
- c) Possibilitar registrar rubricas de provento e descontos referente a folha de pagamento.
- d) Possibilitar registrar faixas de previdência social.
- e) Possibilitar registrar regime de contratação dos servidores/funcionários.
- f) Possibilitar registrar lotações e locais de trabalho dos servidores/funcionários.
- g) Possibilitar registrar faixas de previdência social para cálculo de forma progressiva.
- h) Possibilitar cadastrar valores de proventos e descontos de forma mensais.
- i) Possibilitar registrar valores de proventos e descontos individualizados por servidor/funcionário.
- j) Possibilitar configurar base de cálculo dos servidores a partir das rubricas.
- k) Possibilitar configurar base de verbas indenizatórias.
- l) Realizar apuração de valores mensais montantes a partir da configuração da alíquota do FAP e RAT de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- m) Permitir que seja impresso em formato pdf, excel, texto, valores apurados dos montantes do FAP e RAT.





- n) Permitir que seja feita a importação dos servidores/funcionários de forma automática por meio de planilhas, pdf's ou arquivos em formato texto.
- o) Permitir que seja feita a importação da folha analítica de pagamentos de forma automática por meio de planilhas, pdf's ou arquivos em formato texto.
- p) Realizar apuração dos valores da base de cálculo da previdência a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- q) Realizar apuração dos valores devido do desconto da previdência a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- r) Realizar apuração das verbas indenizatórias a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- s) Realizar impressão da apuração dos valores da base de cálculo da previdência.
- t) Realizar impressão da apuração dos valores devido do desconto da previdência.
- u) Realizar impressão da apuração das verbas indenizatórias.
- v) Permitir realizar lançamentos de créditos compensados e a compensar a partir da apuração realizada no período.
- w) Realizar a impressão de créditos compensados e a compensar a partir da apuração realizada no período.
- x) Permitir geração/interação/importação com a SEFIP para realizar o lançamento das informações retificadas com os devidos valores apurados.





**6 - SISTEMA PARA ASSESSORIA TRIBUTÁRIA NA APURAÇÃO DO VAF COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:**

- a) VAF-B – PRODUTOR RURAL: (SOFTWARE ESPECIFICO) - o sistema deverá ser compatível com o sistema SIARE no caso de MG ou outro nos demais estados e prover a funcionalidade de migração dos dados emitidos pelo sistema do Estado de forma automatizada.
- b) Digitação das notas fiscais dos produtores rurais e conferência do relatório das notas fiscais eletrônicas emitidas fornecidas pelo Estado.
- c) Emissão das certidões VAF-B (PRODUTOR RURAL) de outros municípios onde seus respectivos produtores rurais comercializaram suas mercadorias.
- d) Conferência do débito do VAF-B (PRODUTOR RURAL), onde os produtores do município sede compraram mercadorias de outros produtores fora do domicílio fiscal.
- e) Acompanhamento criterioso e análises das notas fiscais de Produtores rurais emitidas via SIARE (arquivos gerados pela Secretaria de Estado de Fazenda).
- f) Levantamento dos maiores produtores rurais do município.
- g) O Software aqui especificado deverá atender as funcionalidades requeridas abaixo a fim de realizar a gestão e controle do VAF-B (produtor rural) do município, a saber:
- h) Gestão de notas fiscais dos produtores rurais: O sistema deverá prover o cadastro e registro das notas fiscais dos produtores rurais sediados no município, visando o armazenamento, controle e gestão das informações referentes ao vaf-b para processamento, relatório e pesquisa através de banco de dados.
- i) Registro e Manutenção das seguintes informações referentes ao VAF-B: O sistema deve prover o cadastro de produtores rurais e suas respectivas notas fiscais emitidas para a apuração do movimento econômico fiscal (VAF-B), mantendo o registro dos seguintes dados: nome do produtor rural remetente, nome destinatário da nota fiscal, número da nota fiscal, data de emissão da nota fiscal, valor total da nota fiscal, produto comercializado, quantidade do produto comercializado, valor unitário do produto, espécie, inscrição do produtor rural remetente, inscrição do produtor rural destinatário.

- j) Manutenção e Emissão de relatórios.

**7 - DISPONIBILIZAR SISTEMA DE AUDITORIA DO ISSQN DOS CARTÕES COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:**

- a) A solução tecnológica para sistema de apuração de ISS de cartão de débito e crédito deverá funcionar em Data Center, como um serviço (SaaS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos), e ser acessível através de protocolo seguro (https).
- b) O software especificado deverá ser totalmente responsivo (característica que permite ao software se adaptar ao tamanho da tela do dispositivo em que está sendo executado, sem a necessidade de ter que ampliar a tela através de zoom), permitindo a sua execução diretamente a partir dos principais browsers do mercado bem como em qualquer dispositivo eletrônico como Smartphones e Tablets, além de ser capaz de enviar mensagens via SMS.
- c) Deverá possuir mecanismo de geocodificação, para obtenção de coordenadas geográficas de dados que apresentem endereços, de forma a permitir a plotagem (na forma de vetor PONTO), sobre qualquer camada base mapeável, como GoogleMaps.
- d) A apresentação de resultados do sistema deverá ser baseada tanto no próprio software como em software de BI (Business Intelligence) integrado ao mesmo.
- e) Base de Dados disponibilizados pela administração pública, no formato TXT (preferencialmente) ou PDF;
- f) O sistema deverá criar e manter banco de dados relacional para armazenamento dos dados provenientes dos arquivos supra citados;
- g) Possibilitar a configuração de um ou mais usuários ou grupos de usuários com perfil de privilégio máximo de acesso para o Município, com capacidade de atribuição de perfis de acesso aos demais usuários;



- h) Possibilitar o acesso de informações de monitoramento de utilização do sistema por usuário e logs de uso do sistema;
- i) Possibilitar a configuração da apresentação visual da tela do produto, com escolha de cores, logotipos, imagem (foto) do usuário, posição do menu (vertical ou horizontal), configuração de opções favoritas e notificações entre usuários, seja on-line ou via SMS;
- j) Deverá registrar trilhas de auditoria de acesso as funções do sistema e aplicativos, controlando perfis de usuários com permissão para emissão de relatório sobre tais registros, identificando o acesso por usuário, período de utilização e dados acessados.

#### **7.1. Requisitos para apuração de ISS de cartão de Débito e Crédito:**

**7.1.1. Processar arquivos enviados pelas Administradoras de Cartões de crédito/débito com o relatório de transações efetuadas pelos prestadores de serviços estabelecidos no município, nas especificações técnicas de modelo definidas pela CONTRATANTE;**

**7.1.2. Permitir a geração de relatórios com os dados enviados pelas Administradoras de Cartões de crédito/débito com no mínimo os seguintes filtros por contribuinte e período determinado:**

- a) valor total em operações de crédito;
- b) valor total em operações de débito;
- c) valor total consolidado de operações crédito e débito.

#### **7.1.3. Permitir registrar as seguintes informações das prestadoras:**

**I- Identificação da Administradora:**

- a) Nome/Razão social;
- b) Logradouro;
- c) Número;
- d) Complemento;
- e) Bairro;
- f) Cidade/UF/CEP;
- g) Pessoa responsável para contato;
- h) Número telefone/e-mail;



i) Número CNPJ.

II- Identificação do Estabelecimento Credenciado:

a) Nome/Razão Social;

b) Logradouro;

c) Número;

d) Complemento;

e) Bairro;

f) Número CNPJ/CPF;

g) Número da inscrição estadual;

h) Número de cadastro do estabelecimento (Pessoa física ou jurídica) credenciado na administradora.

III- Registro das Operações Realizadas:

a) Data da operação;

b) Valor da operação realizada referente a cartões de crédito ou débito ou similares;

c) Natureza da operação – débito ou crédito;

d) Tipo da operação – eletrônica ou manual;

e) Número da autorização de pagamento atribuído pela administradora;

f) Número do identificador lógico do equipamento onde foi processada a operação.

IV- Registro dos valores para cálculo do ISSQN:

a) Valor, expresso em reais, de cada operação realizada referente a cartões de crédito ou débito ou similares;

b) Percentual cobrado pela administradora, referente a cada operação realizada de prestação de serviços de administração de cartões de crédito ou débito ou similares;

c) Valor, expresso em reais, cobrado pela administradora referente à prestação de serviços de administração de cartões de crédito ou débito ou similares, referente a cada operação realizada;

d) Base de cálculo do ISSQN correspondente ao somatório dos valores referentes à prestação de serviços de administração de cartões de crédito ou débito ou similares;

e) Alíquota para cálculo do valor do ISSQN;

f) Valor, expresso em reais, do ISSQN a ser recolhido.

#### **7.1.4. Inteligência Fiscal do ISSQN**

a) A sistema deverá permitir importar do sistema de Nota Fiscal existente o relatório de todas as Notas emitida.



- b) Permitir o cruzamento no tocante ao valor pago pelos contribuintes e o valor efetivamente recebido pelas operadoras de cartão de crédito e débito.
- c) Permitir a notificação do contribuinte que apresentar divergência nos valores.
- d) Emitir relatório detalhado dos contribuintes referentes ao cruzamento dos dados entre as NF e o valor recebido das operadoras de cartão.

#### **7.1.5. Demonstração**

- a) A verificação da conformidade do objeto desta licitação será realizada através da demonstração dos sistemas, com a execução dos requisitos obrigatórios. Dessa forma, todos os procedimentos descritos nesse termo de referência e seus anexos deverão ser obrigatoriamente cumpridos, ou poderá ser desclassificada a licitante.
- b) A demonstração do software poderá ser dispensada a critério do Pregoeiro, especialmente, se não participar mais de uma empresa ou se for habilitada apenas uma empresa. A dispensa da demonstração não exclui a obrigatoriedade da utilização do software pelo vencedor do certame na execução dos serviços.
- c) Se, a qualquer tempo durante a execução dos serviços, a Contratante constatar a inadequação do software utilizado pelo Contratado poderá ensejar a rescisão contratual e ser chamado o segundo colocado no certame.

#### **7.1.6. DA ESTIMATIVA DO VALOR A RECUPERAR**

- a) A Administração Pública estima que o resultado desta contratação, traga um benefício de aproximadamente R\$ 265.055.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões e cinquenta e cinco mil reais), levando-se em conta o período dos últimos 05 (cinco) anos, sem contar em possíveis economias futuras.
- b) O valor estimado é o teto estimado e fundamenta o valor de abertura da licitação, sendo que a remuneração da contratada, até o valor da proposta, ocorrerá de forma parcelada e proporcional ao comprovado "ganho", "proveito econômico" ou o efetivo aproveitamento do crédito tributário pelo Município entendendo-se como crédito tributário aquilo que o Municípios deixar de recolher, compensar com



outros tributos, receber em espécie, ou, ainda, economias futuras, considerando o período dos últimos 05 (cinco) anos.

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	NUMERO DE ESTAÇÕES RÁDIO BASE (TFL E TFLA)	ISSQN DE BANCOS, CARTÓRIOS E GRANDES CONTRIBUINTES	ISSQN SOBRE EMPRESAS DO SIMPLES NACIONAL	RECUPERAÇÃO TAXA TFL E TFLA	RECUPERAÇÃO CFEM E ROYALTIES	RECUPERAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (RAT VER BAS INDENIZATÓRIAS)	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DÍVIDA ATIVA	TOTAL
AÇUCENA	6	800.000,00	50.000,00		400.000	140.000		2.650.000,00
ANTÔNIO DIAS	13	1.200.000,00	500.000,00	1.950.000,00	400.000,00	1.900.000,00	600.000,00	6.550.000,00
BELO ORIENTE	11	1.800.000,00	580.000,00	1.650.000,00	700.000,00	3.600.000,00	3.200.000,00	11.530.000,00
BRAUNAS	2	320.000,00	45.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00	300.000,00	2.465.000,00
BUGRE	1	340.000,00	60.000,00	150.000,00	300.000,00	1.300.000,00	300.000,00	2.450.000,00
CARATINGA	24	4.500.000,00	2.800.000,00	3.600.000,00	1.100.000,00	6.800.000,00	1.800.000,00	20.600.000,00
COROACI	4	450.000,00	80.000,00	600.000,00	400.000,00	1.800.000,00	600.000,00	3.930.000,00
CORONEL FABRICIANO	47	8.500.000,00	5.200.000,00	7.050.000,00	1.700.000,00	12.600.000,00	3.600.000,00	38.650.000,00
CÓRREGO NOVO	2	320.000,00	40.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00	200.000,00	2.360.000,00
DOM CAVATI	2	310.000,00	60.000,00	300.000,00	300.000,00	1.400.000,00	250.000,00	2.620.000,00
DORES DE GUANHÃES	2	600.000,00	90.000,00	300.000,00	400.000,00	1.600.000,00	450.000,00	3.440.000,00
ENTRE FOLHAS	2	250.000,00	40.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00	180.000,00	2.270.000,00
IAPU	5	350.000,00	80.000,00	750.000,00	300.000,00	1.500.000,00	250.000,00	3.230.000,00
IPABA	3	460.000,00	85.000,00	450.000,00	400.000,00	1.500.000,00	300.000,00	3.195.000,00
IPATINGA	110	22.500.000,00	14.000.000,00	16.500.000,00	1.800.000,00	32.000.000,00	22.000.000,00	108.800.000,00
IMBÉ DE MINAS	2	300.000,00	40.000,00	300.000,00	200.000,00	1.400.000,00	300.000,00	2.540.000,00
JOANÉSIA	2	300.000,00	45.000,00	300.000,00	200.000,00	1.400.000,00	300.000,00	2.545.000,00
MESQUITA	1	270.000,00	55.000,00	150.000,00	300.000,00	1.500.000,00	250.000,00	2.525.000,00
NAQUE	5	440.000,00	80.000,00	750.000,00	300.000,00	1.400.000,00	300.000,00	3.270.000,00
PERIQUITO	6	520.000,00	95.000,00	900.000,00	300.000,00	1.500.000,00	300.000,00	3.615.000,00
PIEDADE DE CARATINGA	1	400.000,00	50.000,00	150.000,00	500.000,00	1.400.000,00	300.000,00	2.800.000,00
PINGO D'ÁGUA	3	250.000,00	45.000,00	450.000,00	200.000,00	1.200.000,00	250.000,00	2.395.000,00
POCRANE	3	350.000,00	50.000,00	450.000,00	200.000,00	1.200.000,00	300.000,00	2.550.000,00
RAUL SOARES	10	900.000,00	450.000,00	1.500.000,00	400.000,00	1.800.000,00	700.000,00	5.750.000,00
REDUTO	4	500.000,00	80.000,00	600.000,00	400.000,00	1.400.000,00	450.000,00	3.430.000,00
SÃO JOÃO DO ORIENTE	4	450.000,00	50.000,00	600.000,00	300.000,00	1.400.000,00	300.000,00	3.100.000,00
SÃO PEDRO DO SUAÇUI	2	380.000,00	35.000,00	300.000,00	200.000,00	1.200.000,00	250.000,00	2.365.000,00
SEM PEIXE	3	260.000,00	30.000,00	450.000,00	200.000,00	1.200.000,00	200.000,00	2.340.000,00
SOBRÁLIA	3	300.000,00	30.000,00	450.000,00	200.000,00	1.200.000,00	300.000,00	2.480.000,00
SANTANA DO MANHUAÇU	3	300.000,00	30.000,00	450.000,00	200.000,00	1.200.000,00	400.000,00	2.580.000,00
UBAPORANGA	5	450.000,00	80.000,00	750.000,00	300.000,00	1.400.000,00	450.000,00	3.430.000,00
VARGEM ALEGRE	3,00	300.000,00	50.000,00	450.000,00	300.000,00	1.200.000,00	300.000,00	2.600.000,00
TOTAL		49.370.000,00	25.005.000,00	43.200.000,00	13.800.000,00	94.000.000,00	39.680.000,00	265.055.000,00



**7.1.7. LOTE 1 – LEVANTAMENTO DE VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS:**

ITEM	Descrição	Valor estimado de recuperação para os municípios consorciados.	Valor máximo a ser pago para cada R\$1,00 (um real) recuperado	Remuneração máxima a ser paga com base no valor previsto a ser recuperado
1	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de issqn de instituições financeiras, correspondentes bancários, cartórios, segmentos sensíveis a sonegação fiscal (academias, cinemas, construção civil, hotéis, farmácias de manipulação, instituições de ensino, pedágios e planos de saúde) e grandes contribuintes;	49.370.000,00	R\$ 0,20 (vinte centavos)	9.874.000,00
2	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de auditoria do Simples Nacional	25.005.000,00	R\$ 0,20 (vinte centavos)	5.001.000,00
3	Serviços de revisão, compensação e recuperação de valores pagos indevidamente à receita federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias – rat/sat/fap e verbas indenizatórias, dos exercícios não prescritos, incluindo a retificação das gfiip/sefip, adequação das alíquotas rat/fap dos últimos 05 anos e a suspensão dos pagamentos indevidos, conforme lei 13.485/2017;	94.000.000,00	R\$ 0,20 (vinte centavos)	18.800.000,00
4	Assessoria tributária para cobrança da dívida ativa	39.680.000,00	R\$ 0,20 (vinte centavos)	7.936.000,00
5	Recuperação tributária referente a taxa de fiscalização e licença ambiental e taxa de fiscalização de localização e funcionamento.	43.200.000,00	R\$ 0,20 (vinte centavos)	8.640.000,00
6	Recuperação referente a CFEM e Royalties	13.800.000,00		2.760.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>265.055.000,00</b>		<b>53.011.000,00</b>

**7.1.8. LOTE 2: VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL:**

VALORES MÁXIMOS A SEREM PAGOS POR ATIVIDADES - POR MÊS (em R\$)								
MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos (Por Agência)	TOTAL
Até 5.000	4.500,00	2.500,00	1.000,00	2.500,00	1.000,00	2.000,00	500,00 por agência	13.500,00
De 5.001 a 10.000	8.500,00	2.750,00	1.500,00	2.750,00	2.000,00	2.500,00	600,00 por agência	20.000,00

De 10.001 à 15.000	9.350,00	3.025,00	1.650,00	3.025,00	2.200,00	2.750,00	700,00 por agencia	22.000,00
De 15.001 a 20.000	10.285,00	3.327,50	1.815,00	3.327,50	2.420,00	3.025,00	800,00 por agencia	24.200,00
De 20.001 a 30.000	11.313,50	3.660,25	1.996,50	3.660,25	2.662,00	3.327,50	800,00 por agencia	26.620,00
De 30.001 a 40.000	12.444,85	4.026,28	2.196,15	4.392,30	2.928,20	3.660,25	800,00 por agencia	29.648,03
De 40.001 a 60.000	13.689,34	4.428,90	2.415,77	5.709,99	3.221,02	4.026,28	800,00 por agencia	33.491,29
De 60.001 a 80.000	15.058,27	4.871,79	2.657,34	6.280,99	3.865,22	5.234,16	800,00 por agencia	37.967,77
De 80.001 a 100.000	16.564,10	5.358,97	2.923,08	8.165,29	5.411,31	6.804,40	800,00 por agencia	45.227,15
De 100.001 a 200.000	18.220,50	5.894,87	3.215,38	10.614,87	7.575,84	8.845,73	900,00 por agencia	54.367,19
Acima de 200.001	20.042,56	6.484,36	3.536,92	13.799,33	10.606,17	11.499,44	900,00 por agencia	65.968,78
<b>TOTAL</b>	<b>139.968,11</b>	<b>46.327,92</b>	<b>24.906,14</b>	<b>64.225,52</b>	<b>43.889,77</b>	<b>53.672,76</b>		<b>372.990,21</b>

## 7.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- Será considerada classificada em primeiro lugar a proposta de menor (apurada pelo menor percentual), não podendo ultrapassar o percentual máximo de 20,00% (vinte por cento), do comprovado "ganho", "proveito econômico", ou o efetivo aproveitamento do crédito tributário pelo Município, entendendo-se como crédito tributário que o Município deixar de recolher, compensar, receber em espécie, ou ainda gerar de economias futuras.
- Prazo de validade da proposta comercial que não poderá ser inferior a 60 dias, contados a partir da entrega dos envelopes.
- Os preços propostos compreenderão todos os custos diretos e indiretos, e demais despesas necessárias à completa execução do objeto da licitação.

## 7.3. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- Prestar à licitante vencedora todas as informações e dados por ela solicitados, desde que sejam disponíveis e do conhecimento do Município, completando-os com cópias de análises, correspondências, instruções, documentos e arquivos digitais, quando pertinente ao assunto objeto da licitação.
- Efetuar, de acordo com a entrega dos serviços executados mensalmente os pagamentos devidos à licitante vencedora, conforme determina este Contrato.
- Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas por ocasião da assinatura do contrato;
- Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços/produtos fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pela licitante vencedora;




- e) Comunicar a empresa, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para a correção das falhas;
- f) Fornecer a toda a documentação e informações solicitadas pela licitante vencedora, necessárias à consecução do objeto do contrato.
- g) Manter os pagamentos em dia para eventuais sequências de procedimentos, nas condições pactuadas.
- h) Garantir a veracidade e autenticidade das informações constantes dos documentos eletrônicos e/ou físicos, disponibilizados à contratada.

#### 7.4. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- a) Prestar os serviços aqui previstos de forma satisfatória aos interesses do CONTRATANTE, obedecidas todas as especificações constantes deste Termo de Referência;
- b) Encaminhar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, relatório circunstanciado da situação da execução dos serviços;
- c) Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o Termo de Contrato, sem o prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE;
- d) Pagar todas as obrigações fiscais e trabalhistas relativas à sua personalidade jurídica. Em face desta responsabilidade da CONTRATADA, inexistirá qualquer vínculo empregatício ou de qualquer natureza entre o CONTRATANTE e os prepostos da CONTRATADA;  
Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei, obrigando-se a apresentar, sempre que exigido, as devidas comprovações de regularidade fiscal, sob pena de sanção;
- e) Arcar com todos os custos referentes a deslocamentos, alimentação e hospedagem de sua equipe técnica que se façam necessários à satisfatória prestação dos serviços.
- f) Manter sigilo sobre as orientações trocadas e geradas durante a prestação dos serviços, não revelando nem transmitindo direta ou indiretamente as informações trocadas a terceiros que não estejam envolvidos no desenvolvimento do objeto contratual.

IPATINGA, 10 DE AGOSTO DE 2021.

  
ELCI RODRIGUES  
PREGOEIRO




PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

TIPO: REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

ANEXO II - PLANILHA DE REFERENCIA DE PREÇOS


LOTE 1: RECUPERAÇÃO DE VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS				
ITEM	Descrição	Valor estimado de recuperação para os municípios consorciados.	Valor máximo a ser pago para cada R\$1,00 (um real) recuperado	Remuneração máxima a ser paga com base no valor previsto a ser recuperado
1	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de issqn de instituições financeiras, correspondentes bancários, cartórios, segmentos sensíveis a sonegação fiscal (academias, cinemas, construção civil, hotéis, farmácias de manipulação, instituições de ensino, pedágios e planos de saúde) e grandes contribuintes;	49.370.000,00	R\$ 0,20 (vinte centavos)	9.874.000,00
2	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de auditoria do Simples Nacional	25.005.000,00	R\$ 0,20 (vinte centavos)	5.001.000,00
3	Serviços de revisão, compensação e recuperação de valores pagos indevidamente à receita federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias – rat/sat/fap e verbas indenizatórias, dos exercícios não prescritos, incluindo a retificação das gfip/sefip, adequação das alíquotas rat/fap dos últimos 05 anos e a suspensão dos pagamentos indevidos, conforme lei 13.485/2017;	94.000.000,00	R\$ 0,20 (vinte centavos)	18.800.000,00
4	Assessoria tributária para cobrança da dívida ativa	39.680.000,00	R\$ 0,20 (vinte centavos)	7.936.000,00
5	Recuperação tributária referente a taxa de fiscalização e licença ambiental e taxa de fiscalização de localização e funcionamento.	43.200.000,00	R\$ 0,20 (vinte centavos)	8.640.000,00
6	Recuperação referente a CFEM e Royalties	13.800.000,00		2.760.000,00
TOTAL		265.055.000,00		53.011.000,00



**LOTE 2: VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ASSESSORIA TRIBUTÁRIA**  
VALORES SEREM PAGOS POR ATIVIDADES - POR MÊS (em R\$)

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de Planos de Saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria Jurídica Tributária	Auditoria ISSQN bancos (Por Agência)	TOTAL
Até 5.000	4.300,00	2.300,00	1.100,00	1.400,00	1.200,00	2.200,00	450,00	12.950,00
De 5.001 a 10.000	5.900,00	2.500,00	1.400,00	1.600,00	1.400,00	2.500,00	950,00	16.250,00
De 10.001 à 15.000	6.700,00	2.890,00	1.600,00	1.800,00	1.650,00	3.000,00	1.100,00	18.740,00
De 15.001 a 20.000	7.800,00	3.200,00	1.800,00	2.100,00	1.800,00	3.300,00	1.300,00	21.300,00
De 20.001 a 30.000	8.500,00	3.500,00	2.100,00	2.500,00	2.100,00	3.500,00	1.500,00	23.700,00
De 30.001 a 40.000	9.800,00	3.800,00	2.200,00	2.850,00	2.350,00	3.650,00	1.900,00	26.550,00
De 40.001 a 60.000	10.500,00	4.200,00	2.350,00	3.300,00	2.800,00	3.900,00	2.300,00	29.350,00
De 60.001 a 80.000	12.000,00	4.500,00	2.700,00	4.800,00	3.300,00	4.500,00	2.850,00	34.650,00
De 80.001 a 100.000	13.800,00	5.100,00	3.400,00	5.700,00	4.850,00	5.500,00	3.300,00	41.650,00
De 100.001 a 200.000	15.800,00	5.700,00	4.500,00	6.860,00	5.700,00	6.800,00	4.500,00	49.860,00
Acima de 200.001	19.100,00	6.500,00	5.300,00	7.500,00	6.800,00	7.800,00	6.000,00	59.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>114.200,00</b>	<b>44.190,00</b>	<b>28.450,00</b>	<b>40.410,00</b>	<b>33.950,00</b>	<b>46.650,00</b>	<b>26.150,00</b>	<b>334.000,00</b>

Ipatinga, MG, 22 de julho de 2021

  
**Elci Rodrigues**  
Pregoeiro


PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021  
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ..... (endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador do Documento de Identidade nº ..... e inscrito no CPF sob o nº....., propõe a executar os serviços objeto desta licitação, como segue:

- 1) O valor total dos serviços é de R\$ (.....) e os preços unitários são os constantes na planilha de composição de preços **Anexo III.1**.
- 2) Declara que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições do Edital relativas à licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, que integrarão o ajuste correspondente.
- 3) Validade da proposta: será de (mínimo 60 dias) \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados do primeiro dia útil posterior a data da entrega das Propostas.
- 4) Declaramos que estamos de acordo e aceitamos todas as condições prescritas neste Edital e seus anexos. 5) Declaramos que no preço apresentado, estão compreendidas todas as despesas, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto desta licitação, inclusive todos os tributos incidentes sobre a mesma.

Local e data.

(assinatura e identificação do(s) responsável(is) legal(is) da empresa) Nome:

CPF e R.G.:

Cargo:

Carimbo de CNPJ da empresa:







PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021  
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

ANEXO III.1 - MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS

LOTE 1: RECUPERAÇÃO DE VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS				
ITEM	Descrição	Valor estimado de recuperação para os municípios consorciados.	Valor a receber, para cada R\$1,00 (um real) recuperado	Valor Total
1	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de issqn de instituições financeiras, correspondentes bancários, cartórios, segmentos sensíveis a sonegação fiscal (academias, cinemas, construção civil, hotéis, farmácias de manipulação, instituições de ensino, pedágios e planos de saúde) e grandes contribuintes;	49.370.000,00		
2	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de auditoria do Simples Nacional	25.005.000,00		
3	Serviços de revisão, compensação e recuperação de valores pagos indevidamente à receita federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias – rat/sat/fap e verbas indenizatórias, dos exercícios não prescritos, incluindo a retificação das gfip/sefip, adequação das alíquotas rat/fap dos últimos 05 anos e a suspensão dos pagamentos indevidos, conforme lei 13.485/2017;	94.000.000,00		
4	Assessoria tributária para cobrança da dívida ativa	39.680.000,00		
5	Recuperação tributária referente a taxa de fiscalização e licença ambiental e taxa de fiscalização de localização e funcionamento.	43.200.000,00		
6	Recuperação referente a CFEM e Royalties	13.800.000,00		
TOTAL		265.055.000,00		

LOTE 2: VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ASSESSORIA TRIBUTÁRIA								
VALORES SEREM PAGOS POR ATIVIDADE - POR MÊS (em R\$)								
MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos (Por Agência)	TOTAL
Até 5.000								
De 5.001 a 10.000								
De 10.001 a 15.000								
De 15.001 a 20.000								



De 20.001 a 30.000								
De 30.001 a 40.000								
De 40.001 a 60.000								
De 60.001 a 80.000								
De 80.001 a 100.000								
De 100.001 a 200.000								
Acima de 200.001								
TOTAL								

Local e data.

(assinatura e identificação do(s) responsável(is) legal(is) da empresa) Nome:

CPF e R.G.:

Cargo:

Carimbo de CNPJ da empresa:

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*





PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021  
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

**ANEXO IV - MODELO DA CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**Ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço - CIMVA**

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) ....., portador(a) do Documento de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob o nº ....., como representante da empresa

....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., para participar da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 009/2021, instaurada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço - CIMVA, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe **plenos poderes** para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular proposta comercial, efetuar lances, assinar documentos, manifestar-se em nome da empresa, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar todos os atos inerentes ao certame, a que tudo daremos por firme e valioso.

Local e data.

(assinatura e identificação do(s) responsável(is) legal(is) da empresa) Nome:  
CPF e R.G.:  
Cargo:  
Carimbo de CNPJ da empresa:

**RECONHECER FIRMA DA(S) ASSINATURA(S)**



PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021  
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Ao  
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço - CIMVA

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., (endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador do Documento de Identidade nº ..... e inscrito no CPF sob o nº....., **DECLARA cumprir plenamente os requisitos de habilitação** definidos no Edital de Licitação acima referenciado, a teor do artigo 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10520/2002, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

Local e data.

(assinatura e identificação do(s) responsável(is) legal(is) da empresa) Nome:

CPF e R.G.:

Cargo:

Carimbo de CNPJ da empresa:



PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021  
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

### ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Ao

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço - CIMVA

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., ..... (endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ..... e inscrito no CPF sob o nº ....., infra-assinado, e para os fins do PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

a) Em observância ao disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

( ) Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz  
Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

b) Recebeu todas as peças relativas à licitação - edital, anexos, projetos completos, especificações, e de que tomou conhecimento de todas as informações para o total cumprimento das obrigações objeto do presente certame, concordando integralmente com seus termos;

c) Tem conhecimento do prazo para a execução total dos serviços objeto da presente licitação de acordo com a quantidade de dias consecutivos, contados a partir da data da assinatura do contrato;

d) Até a presente data inexistem fatos supervenientes à emissão das certidões apresentadas ou impeditivo de habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o § 2º, artigo 32, da Lei nº 8.666/93.

Local e data.

(assinatura e identificação do(s) responsável(is) legal(is) da empresa) Nome:

CPF e R.G.: Cargo:



**PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021****PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021****TIPO: REGISTRO DE PREÇOS****CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE****ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME, EPP ou EQUIPARADA**

Ao

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço - CIMVA

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., ..... (endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ..... e inscrito no CPF sob o nº ....., DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

(.....) Microempresa, ME ou (.....) Empresa de Pequeno Porte, EPP, definida no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006; ( ) Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

(Assinalar a condição da empresa)

(.....) Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à Contratação, estando sujeita às sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e data.

(assinatura e identificação do(s) responsável(is) legal(is) da empresa) Nome:  
CPF e R.G.: Cargo:







PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021  
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO "SIMPLES NACIONAL"

Ao

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço - CIMVA

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., ..... (endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ..... e inscrito no CPF sob o nº ....., DECLARA, sob as penas da Lei, que é optante do "SIMPLES NACIONAL".

Local e data.

(assinatura e identificação do(s) responsável(is) legal(is) da empresa) Nome:  
CPF e R.G.: Cargo:



PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021  
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI VÍNCULO COM O  
CIMVA

Ao  
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço - CIMVA

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., (endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ..... e inscrito no CPF sob o nº ....., **DECLARA** que não possui como sócio, gerente e diretores, membros ou servidores do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço - CIMVA, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

Local e data.

(assinatura e identificação do(s) responsável(is) legal(is) da empresa) Nome:  
CPF e R.G.: Cargo:





PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021  
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

**ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Ao

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço - CIMVA

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., (endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ..... e inscrito no CPF sob o nº ....., **DECLARA cumprir plenamente os requisitos de habilitação** definidos no Edital de Licitação acima referenciado, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

Declara ainda, a inexistência de fato impeditivo a sua habilitação e se obriga a comunicar a superveniência do mesmo.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

(assinatura e identificação do(s) responsável(is) legal(is) da empresa) Nome:  
CPF e R.G.: Cargo:



PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021  
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

ANEXO XI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

SIGNATÁRIO GESTOR	
Órgão Gerenciador:	CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO VALE DO AÇO - CIMVA
Razão Social:	
CNPJ:	21.466.841/0001-69
Endereço:	Rua Café Filho, nº 76 - Bairro Imbaúbas, CEP: 35.160-250, Ipatinga/MG
Representante:	Presidente do CIMVA, Ailton Silveira Dias Prefeito da Cidade de Entre Folhas.
Endereço Eletrônico:	<a href="http://www.cimva.com.br">www.cimva.com.br</a> / <a href="mailto:cimva.mglicitacao@outlook.com">cimva.mglicitacao@outlook.com</a>
Telefones:	(31) 3822-1817
Órgãos Participantes:	Municípios Consorciados ao CIMVA

SIGNATÁRIO DETENTOR	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Representante:	
Identidade:	
CPF:	
Endereço	
Eletrônico:	
Telefones:	

Em face da classificação da proposta de preço da empresa acima qualificada, no Processo Adm. Licitatório nº 023/2021 Pregão Presencial nº 009/2021, o CIMVA **RESOLVE** registrar os preços para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2021 tendo sido vencedora do certame licitatório a empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ..... com sede ....., nº ....., Bairro ....., Município ....., por intermédio do Representante Legal Sr(a). ....., Representante Legal, portador(a) da identidade ..... e CPF: ....., sujeitando-se as partes às determinações da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10520//2002 - Lei que Regulamenta o Pregão e, Lei Complementar nº 123/2006 com alterações posteriores, Lei nº 11.107/2005, Decreto Municipal nº 6984/2011 da



Prefeitura Municipal de Ipatinga, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

Aos ..... (.....) dias do mês de ..... do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), autorizado pelo processo supracitado, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores, que conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre as Prefeituras e a Licitante Vencedora, doravante denominada detentora da Ata.

#### **CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1.1. - REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço em atendimento às demandas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço e dos municípios coparticipantes, conforme especificações constantes do Anexo I, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos.

1.1.2. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL COM FOCO NA GESTÃO DO ISSQN RECOLHIDO PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CARTÓRIOS, LOTÉRICAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, ACADEMIAS, CINEMAS, CONSTRUÇÃO CIVIL, HOTEIS, INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PEDÁGIOS E OUTROS.

1.2 - A detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Adm. Licitatório nº 023/2021 - Pregão Presencial nº 009/2021;

1.3 - Integram esta Ata de Registro de Preço, como se nela estivessem transcritos, o Termo de Referência do edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA no certame supra mencionado.

#### **CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, vedada sua prorrogação conforme disposto no § 3º III, no artigo 15º da Lei Federal 8.666/93.

#### **CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR REGISTRADO:**

3.1 - O valor total dos serviços registrados para o período de 12 (doze) meses é de R\$..... (.....).

3.1.1 - Os Preços Unitários são os constantes na planilha abaixo:

**LOTE 1: RECUPERAÇÃO DE VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS**

ITEM	Descrição	Valor estimado de recuperação para os municípios consorciados.	Valor a receber, para cada R\$1,00 (um real) recuperado	Valor Total
1	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de issqn de instituições financeiras, correspondentes bancários, cartórios, segmentos sensíveis a sonegação fiscal (academias, cinemas, construção civil, hotéis, farmácias de manipulação, instituições de ensino, pedágios e planos de saúde) e grandes contribuintes;	49.370.000,00		
2	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de auditoria do Simples Nacional	25.005.000,00		
3	Serviços de revisão, compensação e recuperação de valores pagos indevidamente à receita federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias – rat/sat/fap e verbas indenizatórias, dos exercícios não prescritos, incluindo a retificação das gfip/sefip, adequação das alíquotas rat/fap dos últimos 05 anos e a suspensão dos pagamentos indevidos, conforme lei 13.485/2017;	94.000.000,00		
4	Assessoria tributária para cobrança da dívida ativa	39.680.000,00		
5	Recuperação tributária referente a taxa de fiscalização e licença ambiental e taxa de fiscalização de localização e funcionamento.	43.200.000,00		
6	Recuperação referente a CFEM e Royalties	13.800.000,00		
TOTAL		265.055.000,00		

**LOTE 2: VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ASSESSORIA TRIBUTÁRIA**  
VALORES SEREM PAGOS POR ATIVIDADE - POR MÊS (em R\$)

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos (Por Agência)	TOTAL
Até 5.000								
De 5.001 a 10.000								
De 10.001 a 15.000								
De 15.001 a 20.000								
De 20.001 a 30.000								
De 30.001 a 40.000								
De 40.001 a 60.000								



De 60.001 a 80.000								
De 80.001 a 100.000								
De 100.001 a 200.000								
Acima de 200.001								
TOTAL								

3.1.2 - Os serviços serão pagos conforme os Preços e condições da Planilha de Preços/Proposta da CONTRATADA;

3.1.3 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 15 (quinze) dias contra a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente a cada medição realizada sobre os serviços produzidos e recebidos, através de Termo de Aprovação ou Recibo de Entrega dos serviços, firmado pelo servidor responsável como gestor do contrato;

3.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à detentora do preço registrado e seu vencimento ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a data de sua apresentação válida junto ao órgão contratante;

3.3 - O pagamento será feito via depósito em conta corrente da empresa vencedora, conforme informada na proposta e confirmada em Contrato de Fornecimento;

3.4 - A emissão da Nota Fiscal deverá constar o detalhamento dos serviços realizados no período medido e que deverão ser atestados pelo Órgão Gestor;

3.6 - Se o objeto/serviço não for entregue/executado conforme condições do Termo de Referência, o pagamento ficará suspenso até o ateste do Órgão Gestor;

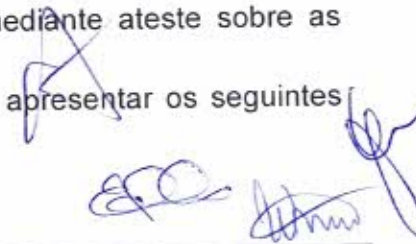
3.7 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto houver pendências de liquidação de qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência deste para com o contratante, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

3.8 - Em caso de atraso pela Administração no pagamento dos valores devidos à contratada, incidirá correção monetária segundo os índices oficiais utilizados pelo Município, a qual correrá entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

3.9 - Todo pagamento correspondente à cada medição aprovada, será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente da Contratada, em qualquer entidade bancária indicada na Proposta Comercial, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito;

3.10 - Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, ou seja, concluídos de acordo com os prazos compactuados no Plano de Trabalho aprovado, com a autorização de execução através de uma Ordem de Serviço e da apresentação das respectivas Notas Fiscais atestadas pelo Gestor de Contrato da Contratante, mediante ateste sobre as medições entregues como concluídas;

3.11 - Para o recebimento da fatura a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:





- a) Cópia autenticada da GPS - Guia da Previdência Social (GPS específica), quitada e recolhida na matrícula;
- b) Cópia autenticada da GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência devidamente quitada, específica da obra (matrícula CEI) com comprovante de entrega na sede bancária e devidamente autenticada;
- c) Declaração de regularidade fiscal e contábil (declaração do contabilista);
- d) Certidão Negativa de Débitos junto ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS, sempre que vencido o prazo de validade;
- f) Comprovante de cadastramento do trabalhador no regime PIS/PASEP;
- g) Apresentação de guia paga referente ao ISSQN do período. Não será necessária a apresentação da guia paga se houver Lei Municipal que conceda isenção tributária a CONTRATADA. Neste caso deverá a CONTRATADA apresentar cópia da Lei Municipal;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT - Lei Federal nº 12440/2011.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1 - O Objeto do presente contrato será executado sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por PREÇO UNITÁRIO, nos termos do artigo 10, II, a, da Lei 8666/93;**

**4.2 - A CONTRATANTE solicitará, mediante Ordem de Serviços, a quantidade e tipo de serviço para atender a sua necessidade e ao seu uso regular, observados os constantes dos Anexos I e II do Edital do respectivo Pregão;**

**4.3 - O prazo de execução será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores, através de termo aditivo;**

**4.4 - O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso I do artigo 73 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores:**

**4.4.1 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;**

**4.4.2 - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores.**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1 - As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos consignados a conta da Unidade Orçamentária, Categoria Econômica e Funcional programática constantes no orçamento vigente da Contratante.**

**5.2 - Este instrumento de registro de preços não obriga as Prefeituras a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios,**



assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA CONTRATUAL**

6.1 - Fica dispensada a garantia para a execução do contrato, na forma facultada pelo artigo 56, caput, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

7.1 - O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA REGISTRADA**

8.1 - Prestar o(s) serviço(s) conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos;

8.2 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Contratante;

8.3 - Realizar os serviços de acordo com as diretrizes do fabricante do equipamento, dentro do prazo estabelecido, condicionado ao aceite por parte do Órgão Contratante;

8.4 - Manter sigilo sobre quaisquer informações e dados corporativos presentes nos equipamentos por ela manipulados. Não veicular, vender, comercializar ou subtrair, sob quaisquer formas ou meios, informações previdenciárias corporativas do Órgão Contratante;

8.5 - Responsabilizar-se, inclusive perante a terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos ou subcontratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade do Órgão Contratante;

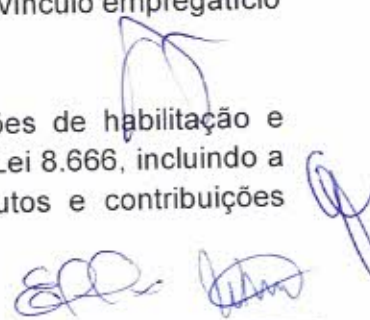
8.6 - Garantir pelo período de vigência do contrato, a funcionalidade e compatibilidade dos equipamentos e softwares de acordo com as necessidades do Órgão Contratante;

8.7 - Executar todos os chamados demandados pelo Órgão Contratante, dentro do prazo negociado e especificado nas solicitações, atendendo o padrão de qualidade exigido;

8.8 - Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidente de trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, garantindo que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o

Órgão Contratante;

8.9 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em conformidade com art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis;





8.10 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução dos serviços de assistência técnica, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

8.11 - Outros deveres e responsabilidades previstos no contrato.

### **CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

9.1 - Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

9.2 - Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no artigo 67 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores;

9.3 - Acompanhar, viabilizar e fiscalizar os pagamentos referentes à prestação dos serviços objeto desta Ata de Registro de Preços;

9.4 - Não obstante **A EMPRESA REGISTRADA** seja a única responsável pela prestação dos serviços, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os serviços prestados e aceitos pela Administração;

9.5 - Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados;

9.6 - E outras obrigações constantes no Termo de Referência - **Anexo I** do referido Edital.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

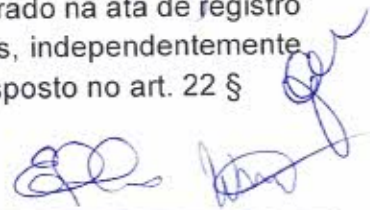
10.1 - Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

10.2 - Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação;

10.3 - Caberá ao prestador de serviço beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4 - As contratações por órgãos ou entidades não participantes não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme disposto no art. 22 § 3º do Decreto Federal nº 9.488 de 30 de agosto de 2018;

10.5 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme disposto no art. 22 § 4º do Decreto Federal nº 9.488 de 30 de agosto de 2018;





10.6 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo e vigência da ata.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

11.1 - Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços, a Lei nº 10520/2002 e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1 - Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos serviços e materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas no Foro da Comarca de Ipatinga/MG, quando esgotadas as vias administrativas;

12.2 - E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores;

Para constar foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor **AILTON SILVEIRA DIAS**, Presidente do CIMVA e pelo(a) Sr(a). .....Representante Legal, portador (a) da identidade MG ..... e CPF: ....., qualificado preambularmente, representando a detentora da Ata e testemunhas.

Ipatinga, MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Presidente do CIMVA  
Signatário Gestor

Contratado  
Signatário Detentor

Assessor Jurídico do CIMVA

Testemunhas:

1: \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2: \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

